

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOLOGIA

ISADORA DAMACENO SILVA

**A possibilidade de autonomia do indivíduo em uma ciência do
comportamento**

Goiânia

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): ISADORA DAMACENO SILVA

Título do trabalho: A possibilidade de autonomia do indivíduo em uma ciência do comportamento

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Tavares Sanabio Heck, Professora do Magistério Superior**, em 03/03/2023, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isadora Damaceno Silva, Discente**, em 03/03/2023, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3569274** e o código CRC **C6B2FCE8**.

ISADORA DAMACENO SILVA

**A possibilidade de autonomia do indivíduo em uma ciência do
comportamento**

Trabalho apresentado como requisito para
conclusão do Curso de Graduação em Psicologia
pela Faculdade de Educação da Universidade
Federal de Goiás sob orientação da prof^a. Dr^a. Elisa
Tavares Sanabio Heck

Goiânia

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Isadora Damaceno

A possibilidade de autonomia do indivíduo em uma ciência do comportamento [manuscrito] / Isadora Damaceno Silva. - 2023. LVIII, 58 f.

Orientador: Prof. Elisa Tavares Sanabio Heck.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, , Psicologia, Goiânia, 2023.

1. liberdade. 2. controle. 3. contracontrole. 4. autonomia. 5. análise do comportamento. I. Heck, Elisa Tavares Sanabio, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) vinte e oito dia(s) do mês de fevereiro do ano de 2023 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “A possibilidade de autonomia do indivíduo em uma ciência do comportamento”, de autoria de Isadora Damaceno Silva, do curso de Psicologia, do(a) Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Profa. Dra. Elisa Tavares Sanabio Heck - Orientadora (Faculdade de Educação/UFG) com a participação do membro da Banca Examinadora: Ms. Rodrigo Oliveira (Instituto Tricot). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 9,5 (nove vírgula cinco) , tendo sido o TCC considerado APROVADO.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Tavares Sanabio Heck, Professora do Magistério Superior**, em 03/03/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isadora Damaceno Silva, Discente**, em 03/03/2023, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Marquez Martins de Oliveira, Usuário Externo**, em 06/03/2023, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3569180** e o código CRC **C7E270CF**.

Ao Senhor, pois para Ele são todas as coisas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo amor incondicional e por fazer com que eu não sentisse falta de nada nesse percurso.

Ao meu marido pelo amor e proteção, sempre colocando minhas necessidades acima das outras coisas, me ajudando todos os dias a crescer e mostrando o que é uma verdadeira parceria.

À minha mãe pelo incentivo e um ótimo exemplo de ser mulher, que com esforço, trabalho e muito cuidado me apoiou nos estudos.

Ao meu pai pelos valores e o aprendizado, que me ensinou como começar e concluir projetos, me apoiando na vida acadêmica.

À minha irmã pela amizade e inspiração.

Às colegas que fiz na universidade, pelo apoio e as boas risadas.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo discutir os conceitos de autonomia e liberdade na Análise do Comportamento, ciência que traz conceitos como determinismo ambiental e controle do comportamento como elementos chave para a visão de mundo e de homem. Nesse cenário, ocorreu o levantamento de textos relacionados a visão de ciência pela Análise do Comportamento e aos conceitos de controle, autocontrole e contracontrole. Dessa forma, foi importante salientar as definições de liberdade e cultura nos textos sociais dessa área do conhecimento. Por fim, ao relacionar os diversos tipos de controles com a liberdade de acordo com o Behaviorismo Radical, o autocontrole e o contracontrole foram as principais formas encontradas de se promover uma autonomia e tornar o indivíduo livre em uma perspectiva pautada no determinismo ambiental. Algumas questões como os valores que permeiam o contracontrole e o planejamento da cultura são tópicos importantes a serem melhor desenvolvidos em próximos trabalhos, assim como a possibilidade de se estender essas definições da ciência e a própria tecnologia do comportamento para um maior número de pessoas.

Palavras-chave: liberdade; controle; contracontrole; autonomia; autocontrole; análise do comportamento.

ABSTRACT

This work aims to explore the possibility of talking about autonomy and freedom in behavior analysis, a discipline that brings concepts such as environmental determinism and behavior control as key elements for the vision of the world and of man. In this scenario, there was a survey of texts related to the view of science through behavior analysis and the concepts of control, self-control and counter-control. Thus, it was important to emphasize the definitions of freedom and culture in social texts in this area of knowledge. Finally, when relating the various controls with freedom according to radical behaviorism, self-control and counter-control were the main ways found to promote autonomy and make the individual free from a perspective based on environmental determinism. Some issues such as the values that permeate counter-control and culture planning are important topics to be better developed in future works, as well as the possibility of extending these definitions of science and the technology of behavior itself to a greater number of people.

Keywords: liberty; control; counter-control; autonomy; self-control; behavior analysis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 OBJETIVOS	9
1.2 METODOLOGIA	9
2 BEHAVIORISMO RADICAL E ANÁLISE DO COMPORTAMENTO	10
3 SOBRE OS DIVERSOS TIPOS DE CONTROLE	22
3.1 AGÊNCIAS CONTROLADORAS E CONTRACONTROLE.....	24
3.2 AUTOCONHECIMENTO, AUTOCONTROLE E IMPULSIVIDADE	35
4 LIBERDADE E AUTONOMIA.....	39
4.1 LIBERDADE E CONTROLE AVERSIVO.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Uma das discussões presentes no campo da filosofia e nas diversas teorias da Psicologia está relacionada ao conceito de liberdade e autonomia do sujeito. Há uma clara diferença entre as abordagens no que tange ao que determina que um indivíduo se comporte de determinada maneira ou de outra. Temos teorias vistas como mais ou menos deterministas e este determinismo pode vir do ambiente ou de forças internas inerentes ao ser humano. Porém, há um ponto em que as diversas explicações tendem a convergir: o comportamento humano é multideterminado e a melhora das relações e da sociedade é o objetivo a ser alcançado.

Nesse cenário, temos ideias errôneas já pré-concebidas (seja historicamente, seja por meio de senso comum) sobre o olhar da Análise do Comportamento quanto aos conceitos de liberdade, autonomia, escolha e controle. Tais ideias são observadas seja em críticas que afirmam que a tecnologia do comportamento trabalharia para as elites e para os grupos já no poder, seja em críticas quanto a capacidade do homem de ser modelador do seu próprio futuro. O homem é visto à mercê do ambiente e pouco senhor do próprio destino. Skinner (1971/1973) versa sobre esses tópicos em seu livro *O Mito da Liberdade*, mostrando como este assunto se entrelaça à nossa visão de mundo e de homem, e dos valores que queremos, como humanidade, possuir.

O ponto de interesse aqui é, portanto, investigar como uma abordagem que valoriza e reconhece o controle como sendo parte das nossas relações e da nossa cultura, e observando o homem como determinado pelo ambiente, pode promover a autonomia do indivíduo. É possível pensar em autonomia em uma ciência do comportamento? É razoável assumir que podemos responsabilizar o indivíduo por suas próprias ações? Em alguma medida é possível ou não se desvencilhar do ambiente?

Primeiramente, então, os preceitos e princípios básicos da Análise do Comportamento e do Behaviorismo Radical serão trabalhados, para não perdermos de vista o referencial a que partimos. Por isso é importante deixar claro os conceitos de determinismo ambiental, previsão e controle dos objetos da ciência, os níveis de seleção dos comportamentos (ontogênese, filogênese e cultura) e os processos de reforço e punição, que estão presentes nas relações.

No segundo capítulo, serão apresentadas formas de controle que podem ajudar a contribuir para a discussão, como o autocontrole e o contracontrole. Além desses, um viés mais social nos faz pensar no controle exercido pelas agências controladoras e formas de cooperar ou não com seus projetos de controle. Por fim, a ideia de liberdade e de dignidade estão ligadas a criação de uma cultura melhor planejada e de indivíduos mais autônomos. A autonomia dos

indivíduos pode ser pensada nos textos culturais de Skinner, que será a base para a nossa investigação.

É importante investigar esses questionamentos e se possível apontar meios de se chegar a autonomia e a liberdade, de maneira que não se perca de vista a essência do Behaviorismo Radical. A razão, portanto, de esse trabalho existir, não é somente responder a críticas, mas prestar uma forma de contribuição que a ciência pode ter para a humanidade, buscando formas produtivas de construir a vida e o cotidiano da cultura ao contribuir para a autonomia dos indivíduos e quem sabe comportamentos que sejam tomados com consciência, no sentido de saber sobre si mesmo, em uma ciência que já provou ter muitas aplicações práticas.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo do presente trabalho é discutir os conceitos de autonomia e liberdade na Análise do Comportamento. Como objetivos específicos podemos pensar em:

- a) Apresentar as características do Behaviorismo Radical como filosofia e da Análise do Comportamento como ciência, definindo os conceitos de controle e determinismo ambiental;
- b) Discutir as concepções de agências de controle, autocontrole, impulsividade e contracontrole;
- c) Compreender o conceito de liberdade para Skinner e relacionar com a concepção de autonomia.

1.2 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica foi a metodologia empregada, visando procurar autores da Análise do Comportamento que seguissem como referencial filosófico o Behaviorismo Radical. Os textos foram filtrados de acordo com o assunto tratado e os tópicos procurados foram relacionados ao tema, sendo usadas as seguintes palavras chaves: controle, autocontrole, autoconhecimento, cultura, liberdade e autonomia. Foram incluídos livros e artigos que tratassem sobre o controle ambiental, a cultura, a liberdade e fenômenos relacionados que pudessem ser úteis a discussão.

2 BEHAVIORISMO RADICAL E ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Enquanto a filosofia traça o caminho de premissas que geram uma conclusão lógica, a ciência procura observações para chegar a unidades menores de análise. Dessa forma, as verdades científicas nunca são absolutas, pois sempre são passíveis de serem colocadas a prova por novas evidências. A partir do século XIX, começou a surgir na Psicologia uma proposta de psicologia objetiva, que visava sair da introspecção como forma de investigação científica, sugerindo métodos mais objetivos e outros objetos de estudo, buscando sair de teorias muito subjetivas e pouco confiáveis.

Para entendermos como funciona o paradigma do controle e da liberdade, primeiramente precisamos entender um pouco sobre os conceitos básicos da Análise do Comportamento (como ciência do comportamento) e do Behaviorismo Radical (como filosofia norteadora desta ciência). Isto se dá, pois, qualquer pressuposto, conclusão ou cadeia argumentativa dada aqui são baseados nos princípios básicos expostos nesse momento, que visam propor uma visão dos fenômenos que possam gerar fatos e conclusões científicas.

Um lugar interessante para explorar essa visão de mundo e de homem que no livro *Ciência e Comportamento Humano*, de B. F. Skinner (1953/2003). A primeira coisa que podemos pensar é que existe, como dito anteriormente, uma ciência do comportamento chamada Análise do Comportamento, que tem como objetivo principal a previsão e o controle dos comportamentos. Quando falamos em previsão, queremos dizer ter uma ideia das chances de um determinado comportamento acontecer, por já ter observado situações parecidas em que tal comportamento ocorreu, ou seja, prever está ligado a entender a probabilidade de algo acontecer a partir da identificação de suas variáveis determinantes. O controle, por outro lado, é poder manipular as variáveis que colaboram para a ocorrência ou não de determinado fenômeno, no caso, o comportamento. Quando controlamos, alteramos certos estímulos ou variáveis que podem aumentar ou diminuir as chances (a probabilidade) de algo acontecer.

Essa ciência faz parte do ramo das ciências naturais, sendo, segundo Skinner (1953/2003), um ramo da biologia, tratando de fenômenos observáveis e que são produtos de uma evolução (seja ela genética, ontogenética ou cultural, como veremos). Como tal, busca a objetividade, através de um método experimental que consiste na observação da relação funcional entre variáveis e na manipulação das mesmas, para chegar em conclusões sobre causas e consequências do comportamento. Assim, se observa os efeitos que modificar as variáveis independentes - fatores ambientais - pode causar nas variáveis dependentes - o próprio comportamento.

Já o Behaviorismo Radical traz consigo alguns pressupostos norteadores dessa ciência, que encara o comportamento como um processo, rejeitando propostas internalistas de explicação dos fenômenos comportamentais e sendo pautada em um monismo materialista: o mundo e o sujeito, processos comportamentais privados e públicos, como pensamentos, sentimentos e o que podemos observar diretamente, possuem a mesma natureza, sendo passíveis de investigação pelos métodos de uma ciência natural. Além disso, tanto os fenômenos públicos quanto os privados são explicados levando em consideração as causas externas, passíveis de observação.

Nesse cenário, se rejeitam explicações que atribuem ao comportamento causas internas e mentalistas como “Maria fez tal coisa porque é impulsiva”, “João bateu nela pois não tem autocontrole”, “José fez isso pois é ruim da cabeça” ou “Isso aconteceu, pois uma força interna assim quis”. Tais conceitos abstratos, que são muito utilizados para explicar o tema colocado aqui em questão, não são passíveis de serem testados e verificados e acabam em explicações redundantes ou que levam em consideração um fenômeno de outra natureza (dualista), além de serem antieconômicas e dificultarem a investigação (MOREIRA; MEDEIROS, 2018).

Além do mentalismo, temos outro tipo de internalismo, que reduz os fenômenos psicológicos em fenômenos biológicos, fisiológicos ou até físico-químicos. Tal explicação internalista é o reducionismo organicista, em que os sentimentos são considerados como reações anatômicas e fisiológicas que causam comportamento. Nesse sentido, a Análise do Comportamento não rejeita tais fenômenos, mas assume que esses são insuficientes para a explicação das relações comportamentais (TOURINHO, 2006).

Um importante marco para a ciência do comportamento foi o desenvolvimento da psicologia comparativa. Os psicólogos estavam sendo influenciados pela teoria da evolução e reconhecendo a semelhança humana com outros animais, não apenas no aspecto físico e anatômico, mas também comportamental. Nessa perspectiva, as espécies se assemelham, pois compartilham uma história evolutiva. Esse fato permitiu o início da realização de experimentos utilizando animais como sujeitos experimentais, tendo como objetivo identificar algumas variáveis de controle do comportamento em situações de laboratório. Foi aí que surgiu o primeiro behaviorista, John B. Watson, que descartou tanto a famosa introspecção quanto as inferências de consciência em animais, que vieram junto com esses primeiros estudos comparativos (BAUM, 2000/2019).

Após Watson, continuaram ocorrendo diversos debates sobre esse tema e o behaviorismo que tratamos aqui é o chamado Behaviorismo Radical, postulado por B. F. Skinner, em oposição ao Behaviorismo Metodológico (existem vários behaviorismos,

entretanto esses dois se destacam, sendo que o metodológico é realista e o radical é pragmatista). O Behaviorismo Radical acredita que a ciência deve se basear pelo que é objetivo, ao contrário da religião ou da poesia, e o critério de objetividade usado é o pragmatismo, que é oposto ao conceito de realismo. Este último está ligado a premissa de que existe um mundo real fora de nós, enquanto existe um mundo interno, sendo composto dos nossos pensamentos e sentimentos, por exemplo. Já no pragmatismo, o ponto de partida não é descobrir uma verdade encoberta sobre o funcionamento do universo, mas o que podemos fazer através de uma investigação científica.

Dessa forma, buscamos a previsão e o controle, o que acontece e essas previsões nos são úteis como sociedade. Já discussões sobre se existe ou não um mundo real fora de nós, independente e objetivo, é inútil e não muda o curso da ciência. Nesse sentido, o interesse de um pragmatista é descrever fenômenos e observações de forma que se tornem ferramentas para mudança ou aplicação prática. Enquanto o realismo leva a uma visão dualista do ser humano, o Behaviorismo Radical rejeita a ideia de um mundo interior e exterior com naturezas divergentes (ao contrário do Behaviorismo Metodológico). A diferença, portanto, entre eventos privados e eventos públicos está apenas no seu nível de observação: o primeiro é passível de observação apenas pelo sujeito que os emite. Como já vimos, a ciência rejeita explicações de cunho mentalista, em que fenômenos mentais são considerados como causas dos fenômenos comportamentais. De forma simplificada, os sentimentos, sensações e pensamentos não são considerados como sendo produtos de um mundo mental inferido. Do ponto de vista do Behaviorismo Radical, tais eventos são privados pois apenas quem os sente pode falar sobre eles diretamente, ou seja, observá-los, apesar de outras pessoas estarem no mesmo espaço. Porém, ambos os eventos, públicos e privados, são eventos naturais, ou seja, são os comportamentos de organismos vivos como um todo (BAUM, 2000/2019).

Isto posto, tanto os eventos públicos quanto privados vão passar por um processo de seleção pelo ambiente, conceito base para a Análise do Comportamento. Existem 3 níveis de seleção dos comportamentos: a ontogênese, a filogênese e a cultura. A filogênese faz parte da seleção natural, conceito de Charles Darwin em que ocorre uma variação aleatória de características que são selecionadas por sua capacidade de adaptação ao ambiente. Nesse nível, estão as características genótípicas e fenotípicas da espécie, como a aparência (cor dos olhos, duas pernas, tipo de cabelo, cor da pele, funcionamento dos órgãos) e o código genético. Para ocorrer essa seleção, primeiramente é preciso que ocorra mutação genética, e essa mutação ocorre aleatoriamente na natureza. Após a mutação, haverá uma variedade de características, sendo que algumas características novas podem ajudar a garantir a sobrevivência dos

organismos e, conseqüentemente, a procriação da espécie, ou podem prejudicar a sobrevivência. Aquelas características genóticas e fenóticas que produzem conseqüências importantes para a sobrevivência da espécie são selecionadas, enquanto as outras não.

Um ótimo exemplo para ilustrar a explicação acima é o clássico caso dos pescoços das girafas, muito popularizado nesse tema: uma mutação genética fez com que existisse girafas com o pescoço pequeno e girafas com o pescoço grande. As últimas tinham mais acesso ao alimento quando em um ambiente com árvores altas e, portanto, tinham mais chance de ter uma nutrição adequada e sobreviverem, passando seus genes para as gerações seguintes. Já a população de girafas com pescoço pequeno tinha maior taxa de mortalidade e, com o passar do tempo, foram diminuindo até não terem mais genes do tipo a serem passados (já que os indivíduos foram morrendo sem deixar descendentes). Assim, uma característica aleatória pode ou não se adaptar ao ambiente, e por isso dizemos que o ambiente físico selecionou tais características. O ambiente, portanto, pode ser mais propício a sobrevivência de espécies com certas características, a depender de sua melhor adaptação ao clima, intempéries, predadores e outros fatores que geram conseqüências positivas (SKINNER, 1953/2003).

A ontogênese trata-se da história de vida do organismo que, através de diversas interações, adquire certos padrões de comportamento. Na ontogênese, os indivíduos desde cedo entram em contato com o ambiente e se comportam de diversas maneiras, seja respondendo a ele, seja variando seu comportamento e lidando com as conseqüências ambientais (diz-se que o bebê vai adquirindo um repertório comportamental através de diversos “testes” de comportamentos, onde pratica ações diferentes que podem ou não gerar estímulos agradáveis ou desagradáveis). Por exemplo, o bebê chora quando quer comer ou quando quer colo, e se for atendido com frequência, as chances de chorar quando na presença de estímulos que sinalizam fome ou desproteção aumentam muito. Com o passar do tempo, ele vai refinando seu repertório, observando que pode levar a mão em direção a mamadeira e tomar o leite, já que isso foi recompensado anteriormente com o cessar da fome.

Para ficar ainda mais claro, podemos pensar em uma pessoa que se aproximou de um cachorro (comportamento variado, antes nunca feito), esse cachorro latiu para ele (conseqüência ambiental) e este se afastou (comportamento adaptativo). Em outro momento, tentou novamente se aproximar e foi mordido (ambiente novamente). Essa pessoa agora evita sempre cachorros e animais parecidos, pois esse repertório comportamental foi estabelecido ao entrar em contato com as conseqüências ambientais resultantes das interações desse indivíduo. A ontogênese, história de vida do organismo, vai então selecionar comportamentos que

chamamos de operante (exatamente por agirem no ambiente), aumentando ou diminuindo a probabilidade de serem emitidos (MOREIRA; MEDEIROS, 2018)

A cultura aborda um nível mais macro das relações, em que comportamentos são reforçados ou não pelo grupo, a depender dos costumes e do ambiente contextual em que o indivíduo está inserido. É na cultura que temos presente a comunidade verbal e é nela que um tipo de comportamento mais complexo e com muitas variáveis se estabelece. A cultura é, segundo Skinner (1971/1973), a forma como as pessoas:

Criam seus filhos, como se agrupam ou cultivam alimentos, seus tipos de habitação, como se governam, e assim por diante. São os costumes, os tipos de comportamento habituais de um povo. Para explicá-los, devemos apelar para as contingências que os produzem (p. 103).

Nessa lógica, a seleção cultural depende dos comportamentos colocados como adequados ou não a certo grupo social, e esses comportamentos podem ser transmitidos ou não para as gerações seguintes. Isso quer dizer que a forma de criação de filhos, alimentação, governo, economia, entre outras características, que vão variar de cultura para cultura, podem ser passadas ou não para frente a depender de sua adaptação ao ambiente. Esse ambiente pode ser desde o ambiente físico ao ambiente social (como quando uma cultura interage com a outra). Por exemplo, a cultura egípcia de deuses relacionados a água e práticas que tornavam o rio Nilo sagrado foram passadas para gerações seguintes durante a existência daquela civilização, pois geravam comportamentos que mantinham a sociedade abastecida e os egípcios valorizavam o rio, fazendo barragens e explorando ao máximo esse recurso. Por sua vez, os mitos e os comportamentos relacionados ao rio foram reforçados pelo valor de sobrevivência da água e ajudaram a manter o mesmo valor reforçador.

Outra premissa importante do Behaviorismo Radical é o determinismo, segundo o qual todo e qualquer comportamento é determinado por causas externas. Isso gera muitas discussões de pessoas que atribuem como causa e como responsável pelo comportamento o próprio indivíduo (aqui se estabelece nosso problema de pesquisa, que será aprofundado posteriormente). Nesse ponto, surge a ideia de liberdade e de livre arbítrio, em que o senso comum e diversas teorias psicológicas teorizam que existe algo além do ambiente e da hereditariedade, muitas vezes fenômenos encobertos ou de outra natureza, guiando as ações dos organismos, ou até mesmo uma força interna que ajuda o indivíduo a tomar decisões e caracterizam a "personalidade" de alguém (SKINNER, 1953/2003).

Tendo pontuado as principais questões sobre o Behaviorismo Radical, aqui importantes para a discussão, podemos pensar nos conceitos da ciência em questão, a Análise do Comportamento. Duas definições importantes a serem feitas agora estão relacionadas à aprendizagem e história de vida, que são os conceitos de condicionamento respondente e operante. Para entender como funciona a aprendizagem, precisamos definir essas duas formas de comportamento. Os primeiros estudos nessa área tiveram como objeto o comportamento respondente, aquele em que ocorre a ação reflexa: inicialmente um estímulo ambiental elicia certa resposta biológica, que foi adquirida na filogênese (por exemplo, em contato com a luz do sol - estímulo, as pupilas dilatam – resposta reflexa). Os reflexos são comportamentos característicos de uma espécie, presente no seu genótipo, isto é, quando um estímulo gera um efeito corporal, chamado de resposta, como quando algo encosta no olho de uma pessoa, ela pisca, quando a mão entra em contato com uma superfície muito quente, ela se retira automaticamente. Tais reflexos são resultados da seleção natural, sendo chamados de comportamentos respondentes (SKINNER, 1953/2003).

A aprendizagem respondente nada mais é que a aquisição de novas respostas através de um processo de condicionamento. Esse condicionamento acontece pelo emparelhamento de estímulos, como podemos observar no clássico experimento de Ivan Pavlov, que inicialmente estudava o sistema digestivo em cães. O pesquisador percebeu que, mesmo sem contato direto com a comida, o cão poderia secretar uma grande quantidade de saliva, o que era explicado em termos internalistas como o “cão estava pensando na comida” ou "o cão percebeu que o experimentador ia disponibilizar a comida". Porém, Pavlov isolou ao máximo o contato entre o cão, o experimentador e outros estímulos externos, e com as variáveis controladas, percebeu que poderia inserir estímulos neutros concomitantes com a hora que o alimento fica disponível (ou seja, emparelhar um estímulo neutro com o estímulo alimento). No caso, Pavlov utilizou um barulho de um sino antes de apresentar o prato com o alimento e, após várias sessões com a repetição desse emparelhamento, a salivação começa a ocorrer com a ausência total do alimento, apenas na presença do som, previamente neutro. Consequentemente, o estímulo que foi emparelhado com a refeição, anteriormente neutro, assumia o papel de estímulo condicionado, e é nesses termos que podemos pensar em um certo tipo de aprendizagem chamada respondente (SKINNER, 1953/2003).

Porém, para além do comportamento respondente, temos uma classe de comportamentos predominante em nosso repertório: o comportamento operante. Nesse caso, a aprendizagem não se dá através do emparelhamento entre dois estímulos, mas sim através das consequências produzidas por uma certa resposta. Dizemos, então, que, de forma simplificada,

uma resposta do organismo provoca uma consequência no ambiente que, por sua vez, aumenta ou não a probabilidade da mesma resposta ser emitida no futuro, a depender de determinado contexto ou condições ambientais (outros elementos podem ser acrescentados no processo). É assim que grande parte de nossos comportamentos complexos se estabelecem, através do controle pelas consequências, sendo essa relação entre resposta e consequência chamada de contingência. Podemos relacionar a aprendizagem operante com o conceito de ontogênese, que nada mais é que uma seleção de comportamentos operantes durante a história de vida do organismo. No exemplo da pessoa que entrou em contato com o cão e foi mordida, o comportamento de se aproximar, e depois de se afastar, são ambos comportamentos operantes, assim como a maioria do nosso repertório: o comportamento verbal (de fala, escrita, etc.), o comportamento social, nossos hábitos (que são operantes realizados com frequência no dia a dia), e todas as nossas ações que não são respostas inatas do organismo.

Se a consequência ambiental aumentar a probabilidade de resposta, temos um processo chamado de reforçamento, que pode ser positivo (pelo acréscimo de um estímulo) ou negativo (pela retirada de um estímulo). Já se a diminuir a probabilidade de resposta, temos um processo de punição, que poderá também ser negativa ou positiva a depender do acréscimo ou retirada de estímulos. Ou seja, ao se comportar, um organismo tem um feedback do ambiente, que pode resultar em estímulos importantes do ponto de vista adaptativo, esses estímulos são chamados de consequências ambientais, e por sua vez essas consequências selecionam o comportamento, na medida que aumentam ou diminuem as chances do comportamento ocorrer novamente (MOREIRA; MEDEIROS, 2018).

Para ser mais claro, podemos pensar em nosso exemplo do indivíduo com encontros sucessivos com cachorros. O comportamento de se aproximar do cão gerou um estímulo ambiental (o latir do cachorro), que diminuiu as chances do sujeito voltar a se aproximar do cão, pois o estímulo apresentado levou a reações corporais de medo que foram filogeneticamente importantes. Nesse caso, se trata de uma punição por diminuir a probabilidade de um comportamento, e uma punição positiva por apresentar um estímulo no ambiente. Por outro lado, se essa pessoa começar a passar por uma rua x, e essa não tiver nenhum cachorro, ao contrário da que habitualmente passava, ela vai começar a fazer o percurso x com maior frequência, para evitar o estímulo cachorro ou latir. Nesse caso, estaremos diante de um reforço negativo, reforço pois há um aumento da probabilidade do comportamento de passar por uma rua que não tenha nenhum cachorro, e negativo pois acontece a retirada de um estímulo aversivo, o cachorro latindo.

Se essa mesma pessoa sente fome e vai a lanchonete comer, e sai de lá saciada, é provável que volte lá e coma novamente quando estiver com fome perto da lanchonete. Nesse cenário, o comportamento de ir à lanchonete foi reforçado positivamente (aumentou suas chances de acontecer) ao ser recompensado com comida (estímulo). Se ao invés de se saciar, esta pessoa fosse maltratada e xingada na lanchonete, poderia parar de ir lá devido a uma punição positiva – punição, pois diminuiu a probabilidade de ir à lanchonete, e positiva pois ocorreu a presença de um estímulo - gritos, xingamentos, etc. É dessa maneira que ocorre a aprendizagem operante, ou seja, a aquisição ou extinção de comportamentos mediante seleção por consequências ambientais.

É importante pontuar que ao chamar um fenômeno de consequência, estamos nos referindo a uma relação de causalidade entre a resposta e a consequência, não sendo possível atribuir essa qualidade a dois fenômenos que apenas ocorreram concomitantemente no tempo, apenas de forma casual. Dessa forma, nosso repertório comportamental aumenta muito devido a processos de condicionamento, e quando isso ocorre, dizemos que estamos aprendendo. (MOREIRA; MEDEIROS, 2018).

Dentro do campo das consequências, temos o que chamamos de controle aversivo, que abarca a punição (positiva e negativa) e o reforçamento negativo. Ambos os processos geram debates e são questionáveis segundo a sua eficácia pois geram subprodutos indesejáveis. A punição é uma forma de controle do comportamento comumente usada em nossa sociedade, tanto nas relações entre os indivíduos quanto em instituições como governo, terapia, escolas e todos os tipos de instituições que podem exercer algum tipo de controle. A curto prazo, o controle aversivo pode gerar uma diminuição da frequência do comportamento problema ou aumento da frequência do comportamento desejável (no caso do reforço negativo); porém também pode ocasionar o contracontrole (quando o indivíduo consegue formas de escapar do controle).

Além disso, o controle aversivo também pode gerar graves reações emocionais, pouca variabilidade do comportamento e padrões de fuga e esquiva graves, não sendo funcional para ambos, controlador e controlado. As reações emocionais geradas pela punição podem ser reações de medo e de ansiedade, que se revelam pela paralisação dos músculos e alterações fisiológicas como aumento da frequência cardíaca, entre outras reações (SKINNER, 1953/2003). Além disso, pode acontecer a fuga, quando um indivíduo age de forma a tentar se afastar do estímulo aversivo, assim também como a esquiva, em que o objetivo é se evitar entrar em contato com um estímulo aversivo, que ainda não está vigente ou foi aplicado (muitas vezes na esquiva há primeiro a ameaça de punição). Em ambos os casos, o controle aversivo faz com

que jovens fujam de um lar violento, a igreja perca fiéis, os pacientes parem de frequentar a terapia e que os cidadãos deixem o país caso consigam condições melhores em outro lugar. Por esses motivos, a punição é tratada como ineficaz a longo prazo, já que como veremos no Capítulo 2, o contracontrole é incentivado a ocorrer em determinados contextos. Junto a isso, quando as contingências que mantêm o controle aversivo não são mais vigentes, a tendência é que ocorra uma rápida recuperação da frequência em que o comportamento punido ocorria (SKINNER, 1953/2003).

No fim, o mais recomendado pelos estudiosos da área e pelo próprio Skinner (1953/2003) são formas alternativas de controle, como os diversos esquemas de reforçamento positivo, que são baseados na disponibilização de estímulos que façam aumentar a frequência dos comportamentos. Na escola, por exemplo, seria interessante estimular a produção dos alunos com recompensas ao invés de punir notas ruins com castigo; na família, pode-se ensinar que alguns comportamentos adequados e incompatíveis com a birra levam a recompensas maiores, ao invés da surra quando o comportamento é de birra ou choro, e a lógica se aplica a outros ambientes como o governo, terapia e economia.

Além das consequências que são disponibilizadas, um aspecto importante do comportamento operante é a discriminação de estímulos: através de um processo de reforçamento diferencial, algumas consequências só ocorrem a depender de certa apresentação anterior de estímulos discriminativos. Isso quer dizer que algumas respostas só são reforçadas em determinados contextos, a depender de quais estímulos estão presentes no momento da resposta. Por exemplo, para sair da sala de aula, os alunos podem esperar um som que signifique que estão liberados, ou para responder a chamada, deve esperar seu nome para dizer “presente”, os estudantes contam piadas “inadequadas” na frente de seus pares mas não na frente dos professores. Assim, alguns estímulos que aumentam a probabilidade de respostas específicas com sua presença por sinalizarem a disponibilidade de reforço são chamados de estímulos discriminativos, como o sinal sonoro, o nome do aluno ou a presença dos professores e dos colegas, nos exemplos anteriores, enquanto outros estímulos que sinalizam a não disponibilidade do reforço são chamadas de estímulos delta. No caso do último exemplo, a presença dos amigos seria o estímulo discriminativo para as piadas, enquanto a presença dos professores um estímulo delta, que sinaliza uma contingência de extinção.

Um comportamento operante, portanto, pode estar sob o controle de estímulos antecedentes e de consequências também, aumentando ou diminuindo sua probabilidade de resposta de acordo com esses dois fatores. Isso ocorre quando temos um operante discriminado, que passou por um processo de treino discriminativo, que consiste em reforçar o

comportamento na presença de estímulos discriminativos, e não reforçar na presença de estímulos delta.

Para entender como cada resposta está sendo controlada pelos estímulos que vimos, é necessário fazer uma análise funcional, também chamada de análise de contingências, que diz respeito a buscar relações entre o organismo e o ambiente. É de interesse do analista do comportamento, portanto, fazer uma análise funcional de um comportamento, o colocando dentro de um contexto e observando as diversas variáveis (e suas funções) que alteram probabilisticamente a emissão de respostas, que se interligam em outras cadeias, a depender do referencial. Para fazer uma análise funcional, primeiro se identifica o comportamento que deseja ser analisado e então procura-se saber como este se mantém, ou seja, o que determina esse comportamento, e nesse caso, sempre serão fatores ambientais. As variáveis então devem ser buscadas nas três esferas vistas: ontogênese, filogênese e cultura. Ao procurar qual a função desse comportamento, deve-se estabelecer os estímulos discriminativos e todo o contexto no qual ele ocorre, ou seja, os antecedentes. Então, pode-se buscar quais os reforçadores ou punições do comportamento em questão, e quais os esquemas adotados (ou seja, os consequentes), para então, ao identificar um padrão de comportamento, ser possível obter a previsão e controle típicos da ciência. Para os comportamentos respondentes, o modelo simplificado de análise funcional tem a estrutura $S \rightarrow R$ (ou seja, um estímulo elicia uma resposta); já o modelo para o comportamento operante é $S^a - R \rightarrow S$ (sendo S^a um estímulo antecedente, que significa o contexto/ocasião para a emissão da resposta R , que produz a consequência S) (MOREIRA; MEDEIROS, 2018).

Os conceitos expostos até aqui explicam bem uma variedade de fenômenos que ocorrem no nível individual, porém, por muitas vezes pode ocorrer uma dificuldade inicial de observar como os fenômenos sociais e culturais podem ser discutidos, como os que acontecem na comunicação e na linguagem. A fala é um tipo de comportamento operante que se classifica como um operante verbal, e o Behaviorismo Radical bebe na fonte da teoria da evolução para explicar suas espécies. Assim, para discutir comunicação, por exemplo, rejeita a ideia do senso comum que utiliza termos mentalistas, e adota o conceito de comportamento verbal, podendo ser definido como "quando o comportamento de um organismo gera estímulos que afetam o comportamento de outro organismo..." (BAUM, 2000/2019, p. 170). O falar, escrever, descrever, entre outros, são reforçados pela comunidade verbal de alguém, através de determinados contextos. Uma comunidade verbal é exatamente quem tem a disponibilidade dos reforçadores, e através de reforços e punições, condicionam os repertórios considerados desejáveis. No comportamento verbal, ocorre uma mediação de outro organismo na

disponibilização de consequências, por exemplo, o falante (quem emite o comportamento verbal) pode pedir água para alguém próximo (ouvinte) e ser recompensado com um copo de água. Como todo comportamento operante, o verbal ocorre em um determinado contexto (S^a) e gera determinadas consequências (S) que são intermediadas por outro organismo. Assim, somos treinados para responder a determinados estímulos, como dizer "carro" na presença de um carro (e isso ocorre por modelagem quando um bebê começa a falar suas primeiras palavras para a mãe, que reforça os fonemas que se aproximam da descrição dos estímulos presentes no ambiente, por exemplo). Uma vez que um falante aprende como responder, ele se torna um ouvinte e reforça o comportamento de outros ao seu redor, se tornando parte da comunidade verbal (BAUM, 2000/2019).

Além do comportamento verbal, Skinner trabalha com outros comportamentos sociais, mas sempre pensando em explicações que remetem aos conceitos expostos, afirmando que o “comportamento do indivíduo explica o fenômeno do grupo” (SKINNER, 1953/2003, p. 326), e isso é uma boa forma de pensar nos fenômenos sociais. Ao pensar em comportamento social em seu livro *Ciência e Comportamento Humano*, ele o define como “o comportamento de duas ou mais pessoas em relação a uma outra, ou em conjunto em relação ao ambiente comum” (SKINNER, 1953/2003 p. 325). Continua pontuando que, com o tempo, foram sendo criadas disciplinas à parte para investigar fenômenos sociais, devido a uma possível diferença entre os fenômenos, que teriam naturezas diferentes (como a ciência social, sociologia e as psicologias sociais). Porém, para o Behaviorismo Radical, esses eventos podem ser explicados através dos comportamentos individuais, se a ciência do comportamento estiver bem embasada e adequada.

Isso quer dizer que comportamentos sociais são realizados por indivíduos, mas com valores culturais, como veremos nos próximos capítulos. Quando a comunidade verbal comunica que é importante reciclar e não jogar lixo na rua, são os indivíduos que vão coletar os materiais ou deixar de jogar fora o lixo na calçada. Portanto, apesar da criação das disciplinas que muitas vezes observam os fenômenos sociais como “mais que a soma das partes” ou uma “manifestação de espírito grupal”, no fim, os operantes são reforçados ou não em certos ambientes, e assim se define o comportamento social. A análise do comportamento social é primeiro uma análise do ambiente social (visto que se trata da relação do organismo com o ambiente) e esse ambiente é fonte de diversos reforços sociais variados.

Alguns reforços sociais comuns são atenção, aprovação, afeição e submissão. Todos esses são considerados reforçadores sociais generalizados, pois por meio deles se consegue acesso a outros reforços (como quando alguém demonstra aprovação, também costuma disponibilizar recursos importantes) e são sociais pois requerem a mediação de outro

organismo. Um ótimo exemplo de reforçador social generalizado é o dinheiro, pois através dele o homem pode conseguir comprar e fazer uma diversidade de outras coisas; já com afeição, uma pessoa pode conseguir de outras favores, prestígios e presentes, por exemplo. A comunidade também administra reforços negativos/punições através de desaprovação, desprezo, ridículo, insulto, entre outros. Há uma dificuldade na definição e padronização dos estímulos sociais e seus "significados", que podem ser reforçadores ou não a depender de fatores muitas vezes tidos como subjetivos. O exemplo trazido por Skinner (1953/2003) em seu livro é o do sorriso: um cientista pode definir com precisão o estímulo triângulo; porém, quando se trata de um estímulo social, como por exemplo, um sorriso, é muito mais complicado, pois pode variar a depender da cultura e percepção individual. Isso é uma discussão grande, pois termos como “agressivo” ou “amável” e outros adjetivos entram em pauta.

É desse modo que, diferente de diversas teorias psicológicas, e das chamadas disciplinas sociais que citamos, sob a perspectiva da Análise do Comportamento, o grupo não tem uma identidade propriamente dita, ou uma "vida" que ultrapasse seus indivíduos (uma força motora do grupo, uma alma grupal e coisas do gênero), mas ele é uma grande fonte de reforçadores, já que é mais provável para um indivíduo conseguir reforço, no geral, quando há muitas pessoas trabalhando em prol dele ou disponibilizando o reforço. Além disso, essas consequências (reforço ou punição) são com frequência mais fortes que as geradas pelos indivíduos separadamente, já que vem em maior número de pessoas, ou seja, um aplauso tem um efeito sobre alguém, mas uma plateia aplaudindo tem um poder de aprovação bem maior, o que será mais explorado no capítulo a seguir.

3 SOBRE OS DIVERSOS TIPOS DE CONTROLE

A concepção de controle para a Análise do Comportamento tem conotação totalmente diferente do controle para o senso comum e para boa parte das pessoas na academia. Isso acontece por dois motivos principais: alguns acreditam que controle e controle aversivo são a mesma coisa e acreditam que controle é algo para aceitar ou não, exercer ou não. Porém, para a Análise do Comportamento, o controle é um fato, uma propriedade do mundo, uma verdade a ser investigada, que está presente em nossas ações. Quando pressionamos o interruptor e obtemos luz como consequência, podemos dizer que o comportamento de apertar o interruptor está sendo controlado pela luz produzida. Ou quando lemos um artigo e obtemos informações e o “prazer da leitura”, que são consequências que controlam o comportamento de ler, aumentando ou diminuindo sua frequência (SIDMAN, 1989/2009).

Portanto, o controle é um objeto de investigação da ciência e que ocorre naturalmente em nossas relações. Ao contrário do ponto de vista muito comum que vê o controle como uma filosofia ou um valor, atribuindo um tom pejorativo ao termo, que é relacionado ao controle aversivo simplesmente, pois este é o mais generalizado em nossa cultura, sendo então reconhecido como a única forma de exercer controle. Quando o controle é dado como aversivo, significa que o organismo está sob controle de um esquema de punição ou de reforço negativo, ou seja, de acordo com Sidman (1989/2009), “...quando nos livramos, diminuimos, fugimos, ou esquivamos de eventos perturbadores, perigosos ou ameaçadores, reforçadores negativos estão no controle” (p. 56).

Skinner (1953/2003), em seu livro *Ciência e Comportamento Humano*, comenta que para os estudiosos do comportamento, “a codificação dos procedimentos e controle é deixada aos Maquiavéis e aos Lords Chesterfields. Psicólogos, sociólogos, e antropólogos geralmente preferem teorias do comportamento nas quais a relevância do controle será diminuída ou negada...” (p. 251). Isso se dá pois ocorre com frequência a aplicação de estratégias de controle aversivas, de forma consciente ou não, pelos indivíduos e instituições. Nesse contexto, se observa como um conceito tão importante para a Análise do Comportamento se transformou em um “tabu intelectual” ou um assunto pejorativo. Porém, é aqui que surge a possibilidade de contracontrole e de mudança social, base do que será tratado neste trabalho. Portanto, não devemos deixar de estudar esse tópico, visto que a ciência busca previsão, que só é possível através do estudo de variáveis e seus fatores de controle.

A partir do conceito de controle, é possível observar que há diversas formas do chamado controle pessoal, quando uma pessoa (detentora dos reforços positivos ou negativos) controla

o comportamento de outra, estando ou não ciente das causas e consequências desse controle. Como exemplos de controle pessoal, podemos citar quando um bebê para de chorar quando a mãe o amamenta ou quando várias pessoas estão olhando em uma direção e alguém que passa por perto começa a olhar também. Todos nós controlamos certa gama de variáveis que são importantes para o comportamento das pessoas ao redor e podemos usar isso a nosso favor ou a favor do outro.

Existem diversas estratégias disponíveis para o controle do comportamento pessoal, como força física (em todos os níveis) que possui muitas desvantagens, como não produzir comportamentos novos, mas apenas inibir alguns. Além disso, a força física se restringe apenas ao nível físico de controle, não alterando outras possíveis variáveis de controle do comportamento, podendo ser alvo de contracontrole no futuro e exigindo constante observação para se manter. A manipulação de estímulos antecedentes ou consequentes é outra forma de controle, em que se estabelecem diferentes situações com estímulos antecedentes (como quando uma pessoa usa um lembrete na agenda para não se esquecer de um compromisso), além da apresentação de consequências reforçadoras (que podem ser mais ou menos eficazes, como dinheiro, elogios e sexo) ou aversivas (críticas, choro, repreensão verbal) (SKINNER, 1953/2003).

Outros exemplos de controle pessoal podem envolver operações de privação e saciação, que tem relação com a disponibilidade de certos reforçadores ao longo do tempo. Quando precisamos aumentar o valor de um reforçador para ensinarmos algum comportamento, podemos usar uma operação de privação e saciação, como quando depois de ficar um longo período sem comer (privação de alimento), a comida será muito mais reforçadora para um ratinho em um laboratório, e qualquer comportamento a ser ensinado que o colocará em contato com o alimento, será reforçado e poderá aumentar sua frequência. Na saciação ocorre o contrário, o organismo fica “satisfeito”, ou seja, já obteve o suficiente daquele reforçador, e, portanto, este será mais fraco em controlar o comportamento (SIDMAN, 1989/2009). O uso de drogas também pode ser uma forma de controle do comportamento através da mudança de eventos internos orgânicos (como no controle de comportamentos psicóticos ou o álcool na redução da ansiedade). Para ocorrer o controle, ressaltando, não é necessário que algum dos envolvidos esteja ciente (saiba descrever ou fazer uma análise funcional) das contingências vigentes.

Observamos o controle do comportamento feito por um indivíduo, porém, quando são envolvidas duas ou mais pessoas, a possibilidade de controle é ampliada. Na medida em que um comportamento é visto como "bom" ou "mau" ou como "certo" ou "errado" para alguns (por

trazer consequências positivas ou negativas), o grupo interfere com estratégias controladoras (que podem ou não ser aversivas). Como quando por meio de lei, um grupo tenta instituir uma penalidade para um comportamento visto como “errado”, ou quando uma criança é recompensada pela família com reconhecimento e aprovação quando ajuda outra criança (comportamento visto como “bom”). Nesses dois cenários, os elogios e a pena são instrumentos de controle para os comportamentos bons e ruins e são realizados por diversas pessoas envolvidas na contingência, se tratando de um controle grupal (SKINNER, 1953/2003).

É interessante perceber que existem diversas justificativas para esse controle grupal, como a ética e a moral das ações, ou seja, quando o grupo justifica seus atos e a aplicação de sanções e recompensas afirmando que determinada conduta é ética e por isso deve ser seguida; em contrapartida, agir de maneira que gere uma penalidade é imoral e ilícito. Entretanto, na ciência, não temos valores pré determinados que guiam nossas ações; pelo contrário, a ideia do que é certo ou errado, socialmente aceito ou não, moralmente adequado ou não, foi mudando progressivamente conforme as interações sociais entre os membros do grupo vão acontecendo ao longo do tempo. Houve uma época em que as grandes mentes acreditavam que a terra era disposta como o centro do mundo e isso levou a certa crença filosófica e a uma determinada postura grupal. Tempo depois, a ciência é utilizada como bode expiatório das guerras e realidades distópicas propostas em ficções. Entretanto, adotar uma postura científica é admitir que existe um desconhecido e que é importante não apenas observar, mas prever os eventos para que possamos controlar um futuro diferente do atual.

Infelizmente, a noção de controle é aversiva a muitos que pregam uma filosofia de livre arbítrio puro, em que temos uma força interna de vontade, gerando comportamentos independente dos fatores ambientais, ou parcialmente se apoiando neles, sendo, portanto, impossível alcançar esse controle. Contudo, assim como discutido por Skinner (1953/2003), "Sugerir que abandonemos esta noção é ameaçar muitas crenças acalentadas e destruir o que parece ser uma concepção produtiva e estimulante da natureza humana." (p. 7).

3.1 AGÊNCIAS CONTROLADORAS E O CONTRACONTROLE

Sabemos que o ser humano é em grande parte social, o que significa dizer que as pessoas interagem constantemente entre si, estabelecendo consequências reforçadoras e aversivas para os comportamentos uns dos outros. Para a Análise do Comportamento, a diferença entre o comportamento social e o não social está na complexidade das relações funcionais e na

quantidade de elementos em uma cadeia explicativa dos mesmos (são muitos fatores interligados, assim como muitos antecedentes e consequentes), e não em uma natureza diferente. Por exemplo, pode ocorrer uma cadeia de eventos em que uma pessoa está privada de água e, diante da geladeira (estímulo discriminativo), pega uma água e a bebe (comportamentos), gerando a saciação ou ausência da sede (reforço positivo e negativo).

Esse comportamento é diferente de sentir vontade de comer uma pizza, pois viu uma propaganda na televisão (estímulo discriminativo que foi socialmente estabelecido), pedir uma pizza em um restaurante, receber a pizza e pagar, e por fim, comer. No caso, tanto os estímulos antecedentes quanto as consequências podem ser mediados por outras pessoas, quanto estabelecidos por elas. E o mesmo evento pode ser a resposta de um organismo e o estímulo para o agir de outro, assim como o reforço de um pode ser o estímulo discriminativo de outro, e assim por diante (SKINNER, 1953/2003).

Dentre as diversas interações sociais existentes, temos a cooperação social, em que os comportamentos de todos os indivíduos envolvidos poderão ser reforçados, em oposição à competição, quando existe reforço disponível para o comportamento de apenas um indivíduo ou para um número limitado de indivíduos. Ou seja, para um ganhar, o outro precisa perder. Em diversas situações, os indivíduos vão ter que escolher entre cooperar, competir ou trabalhar sozinhos, e aqui entra em jogo diversas variáveis que vão alterar a probabilidade de escolha entre essas opções: a magnitude do reforço, a história de reforçamento, a possibilidade de tirar pontos do parceiro, o sucesso ou fracasso em competição, o custo da resposta, as instruções e a iniquidade entre reforços (DE FARIAS, 2005).

De acordo com Skinner (1953/2003), o grupo social exerce um controle sobre o comportamento dos indivíduos, punindo e reforçando comportamentos de acordo com o que é conveniente. Porém, o grupo não é tão bem organizado e essas relações de competição e cooperação não são controladas da melhor maneira possível quando realizadas pelos indivíduos de forma isolada. É nesse cenário que as agências de controle surgem, como uma forma de melhor organizar e controlar o comportamento dos indivíduos em grupos. As agências manipulam um certo conjunto de variáveis e assim controlam os comportamentos dos indivíduos de maneira mais eficiente, através da disponibilização de consequências para os comportamentos classificados como adequados e inadequados.

Dessa forma, existem algumas relações sociais que se estabelecem através do que Skinner (1953/2003) definiu como agências controladoras (as agências são mais bem organizadas que os grupos e manipulam variáveis importantes na vida dos indivíduos - ou seja,

tem o poder de punir e reforçar). Essas agências são: governo, religião, psicoterapia, economia e educação.

A agência de controle governo, por exemplo, estabelece contingências para o comportamento dos indivíduos geralmente empregando a punição, sendo que isso se aplica tanto para o governo no sentido de estado moderno, com as forças militares e a polícia, quanto para o governo de agências criminosas ou outros grupos do tipo. O governo obtém poder, na maioria das vezes, através do consentimento dos governados e utiliza estratégias de controle a partir da classificação dos comportamentos como “certos” ou “errados” que, no caso do governo, são chamados de “legais” ou “ilegais”. Quando comportamentos considerados ilegais ocorrem, estes são alvo de punições como aplicação de multas e a privação de liberdade, propriedades ou locomoção física, podendo chegar no nível de castigos físicos e ameaças à integridade física ou morte.

Por outro lado, ocorre o reforço dos comportamentos legais pelo grupo, através da construção da imagem de um cidadão de bem que cumpre seus deveres, da reputação de um nome “limpo” em questões de crédito, e da aprovação social geral para as pessoas que seguem a lei. Independentemente de seu tipo, existe uma codificação dos comportamentos adequados e inadequados através das leis, que podem ser consideradas como uma forma de descrever uma contingência de reforço / punição que é exercida pela agência governamental, sendo que outros grupos sociais como os amigos, a família e a escola podem ajudar a ensinar e manter os comportamentos adequados e legais.

O controle punitivo exercido pelo governo é bastante questionável em matéria de eficácia e subprodutos, como quando a prisão acaba por se tornar um meio de vingança e formação criminal para o detento, ao invés de cumprir com a proposta moderna de reeducação. Existem, portanto, outras estratégias que não usam punição e, apesar de poucas e difíceis de serem aplicadas (pois requerem mais conhecimento e recursos), não são inexistentes. As estratégias menos coercitivas do governo estão diretamente relacionadas à economia, como apontado por Skinner (1953/2003):

Os governos modernos, tem o poder de usar outras técnicas e o fazem extensamente. Se se acumulam riquezas - através da taxaão, por exemplo -, dispõe-se do controle econômico. Este é também usado como uma forma de reforço positivo como nos subsídios e bônus. O cidadão será então induzido a agir legalmente em vez de ser desencorajado a agir ilegalmente (p. 377).

Os governos são avaliados e sustentados pela promoção de certos princípios, como a ideia de justiça, igualdade, liberdade e segurança. O desenvolvimento desses princípios é que

valida o controle exercido pelo poder governamental. Já que a justificativa da aplicação de penas e de punições é o bem comum, os princípios citados são usados como discurso para a coerção e as punições: quando alguém é preso preventivamente, a justificativa é a segurança das outras pessoas que podem ser afetadas.

Uma outra agência de controle importante é a religião. No caso das agências religiosas, as estratégias de controle fazem um paralelo com as agências governamentais, pois classificam os comportamentos como “morais” ou “imorais” e “pecaminosos”, ao invés de legais ou ilegais, sendo que os mesmos são punidos ou reforçados de acordo com sua classificação.

O céu e o inferno são formas de estabelecer reforçadores e consequências aversivas, respectivamente, que podem ser mais poderosos que os do grupo ético ou os do governo ou de outras agências de controle. Um exemplo de prática de controle aversivo que pode ser usado nesse contexto é ameaçar sempre perder o céu e ir para o inferno, enquanto o reforçador seria o seu oposto. A religião pode utilizar também de técnicas éticas, governamentais, educacionais, econômicas e até as de autocontrole (que são ensinadas). Isso quer dizer que essas agências agem em conjunto com as outras, visto que pode ser ensinado valores religiosos na educação e na família, além de pautar muitas propostas governamentais e políticas do governo, mesmo não diretamente. Eticamente, se ensina o certo e o errado que pode estar baseado em princípios religiosos e no geral, os valores dessa agência acabam sendo propagados no controle das outras (SKINNER, 1953/2003).

A terapia como agência controladora é menos organizada do que as outras, já que é constituída de profissionais que, com conhecimento científico, buscam diminuir a condição aversiva em que o indivíduo se encontra, seja em casos em que existem problemas com as outras agências, em que o controle aversivo traga sintomas (desemprego, abusos de todo tipo, repertórios de fuga e esquiva, por exemplo), seja por motivos individuais, como o luto, baixa autoestima e muitos outros cenários possíveis. A melhora do paciente é o principal reforço para o psicoterapeuta e é através dessa promessa de melhora que o poder da psicoterapia se constitui. Porém, o controle aqui nem sempre se dá de forma reforçadora, também podendo ocorrer controle aversivo, que afastará o paciente das sessões ou serão fonte de estimulação aversiva em sua vida.

O chamado controle econômico pode ser definido como aquele pautado em uma troca entre indivíduos ou entre grupos, que gera bens como alimentos, proteção, diversos objetos ou até reforçadores condicionados generalizados (como o dinheiro). É uma agência que utiliza estratégias de controle a partir de reforços generalizados, atuando nas relações de trabalho das mais diversas formas. Nesse controle, o poder é de quem possui os recursos e o dinheiro em

questão, e a natureza da agência varia muito com relação aos objetivos de quem detém o poder, podendo estar voltada para caridade, agências religiosas, pesquisas científicas e outras infinitas possibilidades. O controle econômico é muito utilizado nas outras agências por ser bastante generalizado. Isso quer dizer que as outras agências podem usar de estratégias de compra e venda para controlar o comportamento dos indivíduos do grupo. Por exemplo, quando o governo utiliza de incentivos fiscais para uma classe, ou aplica multas, ou indenizações, ou quando o dinheiro é usado como suborno em qualquer outra agência.

Na educação, o objetivo é ensinar o indivíduo a se comportar em determinadas situações futuras e isso ocorre reforçando o comportamento do mesmo com reforçadores muitas vezes arbitrários. Quando um indivíduo não sabe matemática e deseja se preparar para responder de maneira adequada ao dar o troco no supermercado, ou planejar os gastos e os ganhos de sua vida no trabalho, se ensina um repertório que será utilizado no futuro, em determinadas situações. Esse repertório é reforçado através do desempenho em provas e avaliações e através de reforçadores arbitrários como notas e avaliação de desempenhos escolares, por exemplo. Esses reforçadores geralmente não são encontrados nos ambientes em que este indivíduo vai colocar em prática os comportamentos aprendidos, já que o que ele ganharia seria não ter prejuízo financeiro no mercado e conseguir acumular riqueza, tomando por base os exemplos anteriores (SKINNER, 1953/2003).

Um exemplo de agência educacional é a família, que pode usar tanto de vários reforçadores naturais disponíveis (como água, alimento, proteção) quanto de reforçadores condicionados (como aprovação, afeto e atenção). Os reforçadores das instituições educacionais podem ser frequentes em nossas interações cotidianas e podem estar relacionados a atenção e aprovação, como notas, diplomas e medalhas. Da mesma forma que nas outras agências, aqui também é possível o controle aversivo, através da reprovação na escola, das ameaças e de desafeto, como quando pais comentam coisas como “fulano é burro”, “se não tirar boas notas fica sem o celular”, “seu irmão é mais inteligente que você” e outras consequências que verbais ou não, podem ser aversivas.

Para partirmos mais especificamente para o conceito de contracontrole, é importante perceber que esse ocorre tanto nas relações entre indivíduos quanto por parte das agências controladoras anteriormente colocadas. O contracontrole pode ser visto como uma forma de reação ao controle aversivo ou às manipulações do comportamento, feito tanto pelas agências de controle quanto no controle pessoal. Essa reação pode se dar através de comportamentos de fuga e esquiva, como vimos, ou da manipulação das variáveis utilizadas no controle, por exemplo. Nesse caso, o contracontrole se dá quando o indivíduo que tem seu comportamento

controlado ou que sofre uma tentativa de controle, modifica as variáveis importantes da relação, controlando seu controlador.

A reação do contracontrole se dá em situações que possuem algum nível de coerção ou adversidade e o controlado deseja escapar daquela situação. Sidman (1989/2009) destaca vários casos que ilustram essa situação: um aluno punido por não aprender ou tirar boas notas pode colar nos exames, fingir alguma doença para faltar aulas e provas, “jogar charme” para o professor reconsiderar a situação e até mesmo levar outros alunos ao mal comportamento, diminuindo a atenção de si. Isso ocorre pois, na medida em que o controlador deseja algo do controlado, este pode reagir modificando essa variável ou interferindo no ambiente de maneira a obter alguma vantagem. As revoluções e revoltas são uma forma de contracontrole para com o governo como agência, sonegar imposto é uma forma de evitar o controle econômico realizado também pela agência governamental, faltar a psicoterapia ou fazer relatos falsos para enganar um terapeuta coercitivo também é contracontrole. O tempo e os fatos são importantes para o terapeuta controlar o comportamento do paciente, assim como o dinheiro e a submissão das pessoas é importante para o governo, e um bom parâmetro de avaliação é importante para a escola. O contracontrole ocorre quando esses fatores são percebidos pelo controlado e modificados, de maneira a diminuir ou extinguir o controle. Na família, adolescentes podem fugir de casa, recorrer ao uso de drogas, crianças podem começar a chorar e fazer birra e traições podem ocorrer no contexto conjugal. Nos hospitais psiquiátricos, os pacientes podem cuspir a medicação ou podem simular reações e, nas prisões, frequentemente os detentos se envolvem em esquema de chantagem com guardas, ameaçando sua segurança física e dos familiares de fora por drogas ou telefones (SIDMAN, 1989/2009).

Holland (1974/2016) pontua que existem autores que colocam como um problema a questão do controle e do planejamento social, proposto pela Análise do Comportamento, argumentando que a ausência de controle pelas instituições, por exemplo, promove a liberdade e o livre arbítrio (o que podemos relacionar com uma possível definição de autonomia). Por outro lado, a ciência do comportamento propõe a previsão e o controle, ou seja, identificação e a manipulação das variáveis determinantes dos comportamentos dos indivíduos, tendo como objetivo importante o planejamento de contingências capazes de promover um maior acesso a consequências reforçadoras positivas. Tal planejamento nos assuntos humanos é considerado, pelos analistas do comportamento, como algo positivo, uma vez que o controle sempre existe e, ao discuti-lo, a sociedade apenas tomaria conhecimento sobre ele. A partir disso, seria possível a manipulação/mudança nas variáveis de controle, de maneira a não deixar os comportamentos sob o controle de contingências acidentais.

Por essa visão, muitos críticos colocam o Behaviorismo Radical como trabalhando a favor das elites econômicas e das instituições e grupos políticos detentores do poder, já que o controle com frequência está nas mãos desses grupos. A crítica é que o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento aprimoram técnicas e saberes para serem usados para aumentar o controle, e quem faria esse controle mais eficaz é exatamente os grupos que praticam o controle aversivo de forma majoritária, e estão no poder, favorecendo, portanto, a manutenção do *status quo*. O contracontrole é exatamente uma forma de fugir desse cenário, já que a sua prática por parte dos envolvidos e controlados poderia aumentar o poder de reação dos grupos submetidos ao controle aversivo.

Holland (1974/2016), nesse cenário, propõe a ideia de uma sociedade revolucionária, em que as estratégias de modificação do comportamento possam ser usadas por todos e generalizadas. Partindo para uma reflexão um pouco mais cultural e política, ele apresenta a sociedade como dividida em classes e as instituições controladas por uma elite econômica, que acaba definindo o rumo político e comportamental de grande parte da população. Nas instituições, o comum é existir uma espécie de hierarquia, que define as pessoas com mais poder reforçador (dinheiro, status social e prestígio, por exemplo) e as com menos (alunos, trabalhadores na base do organograma organizacional, entre outros). Nesse contexto, a esperança para estes passa a ser conseguir “subir de nível” na hierarquia, para conseguir atingir mais reforçadores, mesmo o controle estando nas mãos de poucos.

A partir desse contexto social, o psicólogo (e até mesmo outros cientistas) se encaixaria como um profissional que trabalharia nessas instituições controladas, gerando conhecimento que seria usado para manter a elite em sua posição como controlador, além de poderem formular técnicas que podem ser utilizadas por outra mão de obra treinada para aplicá-las. Contudo, o fato do poder estar nas mãos de poucos não quer dizer necessariamente que estes utilizarão sempre de controle aversivo, uma vez que podem tomar ciência de seus efeitos negativos e passarem a substituir por reforçamento positivo, apesar da lógica atual ser majoritariamente punitiva, como veremos adiante.

Um dos problemas enfrentados pelo Behaviorismo Radical e pela Análise do Comportamento está relacionado ao que já está sendo feito de negativo na sociedade, em questões políticas, econômicas e em diversas outras áreas, que, a partir do conhecimento comportamental, mantém o sistema como está e, é claro, para onde estamos indo como sociedade. Tal problema, entretanto, não está na filosofia e na ciência da Análise do Comportamento em si, mas sim em como tais aspectos são utilizados e implementados pelos agentes controladores.

Muitas agências já perceberam os efeitos colaterais de se utilizar controle aversivo e começaram a implementar estratégias para modificar o comportamento dos controlados através de reforçamento. Porém, é importante pensar que essas estratégias podem manter um controle coercitivo a longo prazo ou até mesmo manter o *status quo*. Para apoiar essa ideia, Holland (1974/2016) utiliza exemplos em que a economia de fichas ou a importância de reforçadores é utilizada na educação ou no exército. O autor cita dois coronéis que adotaram o sistema de economia de fichas, recompensando um bom desempenho nos testes, treinamento militar e de tiro e inspeção de quartéis com pontos que podiam ser trocados por privilégios, como dispensa nos fins de semana e possibilidade de ver um filme, por exemplo. Para Holland, essa medida foi um exemplo da utilização da modificação do comportamento para o poder dominante e apesar de parecer mais humanitário, o fim seria expandir o exército norte-americano e, no fim, beneficiar a elite.

Em contrapartida, o autor expõe cenários em que, em seu ponto de vista, o controle e a tecnologia do comportamento poderiam ser usados para fins de uma sociedade revolucionária. Um exemplo é o sistema de Keller (1968 apud HOLLAND, 1974/2016), usado para tornar a sala de aula um ambiente menos elitista, através da condução em um curso de Psicologia na faculdade em que os materiais são preparados para os estudantes e depois discutidos com os estudantes que terminaram a matéria anteriormente, de forma que as atividades principais do curso ficam nas mãos dos estudantes na maioria do tempo. Outro exemplo foi a economia de fichas de Miller e Miller (1969 apud HOLLAND, 1974/2016), em que os beneficiários da previdência social foram reforçados por comparecer às reuniões e defender os direitos ao benefício. Por último, podemos pensar no Rozytko, Swift, Swift e Boggs (1971 apud HOLLAND, 1974/2016) que colocaram em prática um ambiente terapêutico para pacientes alcoolistas em que os próprios pacientes desenvolveram procedimentos de dessensibilização sistemática e aumentaram seu repertório com relação a autoestima e o manejo de situações sociais. Esse foi o exemplo mais importante na perspectiva de Holland (1974/2016), que conta que:

Os “pacientes” transformaram-se em “estudantes”, que, por meio do estudo da psicologia comportamental, desenvolveram a visão de que seus problemas poderiam ser enfrentados, alterando as condições determinantes, e trabalhando os diferentes problemas que o beber havia lhes causado (p.116).

Como discutido anteriormente, a ciência do comportamento preza pela neutralidade e objetividade em termos de métodos e observação do comportamento. Porém, a mesma

neutralidade do cientista não é possível ou até mesmo desejável em um contexto de aplicação do conhecimento, que será usado para determinados fins de acordo com aqueles que possuem o poder de reforçar. Dessa forma, muitas vezes é difícil que o conhecimento e as estratégias de controle sejam utilizados pelos indivíduos mais pobres ou sem poder de influência.

Dessa maneira, é de grande importância que o conhecimento científico a respeito de comportamento humano possa ser acessível ao maior número de indivíduos possíveis. Todavia, além de isso ser muito necessário, é também preciso que os analistas do comportamento comuniquem a forma com que tem se dado a identificação e a manipulação das variáveis de controle, para que possa existir a possibilidade de um contracontrole por parte da população em geral. Essas informações ainda podem ser complementadas com uma proposta de contracontrole e seus efeitos, desenvolvendo estratégias específicas de resistência/contracontrole. Esse contracontrole está intimamente ligado com os valores que estão vigentes nos sistemas de reforçamento atuais, levando em consideração que o controle se dá pelos valores e interesses de grupos que estão no poder. Da mesma forma, a modificação do controle depende dos interesses e valores das pessoas que estarão dispostas a aplicar o contracontrole, que são guiados por alguns valores. A proposta de Holland (1974/2016) nesse caso seria:

parar com o trabalho que tenha maior probabilidade de servir à riqueza e ao poder. Em segundo lugar, deveríamos adaptar nosso trabalho mais às necessidades diretas das pessoas que lutam para se livrar do controle e da exploração da elite que se encontra no poder. Isso inclui tanto a análise das formas de controle usadas na sociedade, quanto o desenvolvimento de meios de contracontrole que possam ser usados pelos indivíduos com recursos muito limitados. E, em terceiro lugar, deveríamos explorar formas de modificação do comportamento compatíveis com um sistema de valores igualitário, não materialista e não elitista, que poderia ao menos ser construtivo para desenvolver os meios para a necessária mudança revolucionária no homem (p. 116).

Com o objetivo de orientar as pessoas para prática do autocontrole, Sá (1985/2016) formulou uma cartilha do contracontrole social, em que ficou definido o controle social como já proposto por Skinner, como:

qualquer classe de respostas emitidas por indivíduos (isolados ou em grupo) que tenham o efeito de prevenir, eliminar ou atenuar as consequências aversivas e/ou exploratórias (a curto, médio ou longo prazo) produzidas para tais indivíduos por qualquer dada instância de controle social institucionalizada (legal ou consuetudinariamente) ou em vias de institucionalização (pp. 55 - 56).

O ponto de interesse trabalhado por Sá (1985/2016) de sua cartilha é o capítulo 4, em que ele levanta as possibilidades do contracontrole social. Como o próprio nome já sugere, e assim como já discutido anteriormente, o contracontrole é um tipo de controle que tem como alvo as estratégias de controle consideradas exploratórias e aversivas, podendo ser usado para prevenir ou combater tais estratégias. Em um contexto social, suas principais manifestações são a fuga, o contra-ataque, a resistência passiva e o protesto. As estratégias de controle aversivo a serem combatidas podem vir na forma de privação, punição e reforço negativo, enquanto as estratégias exploratórias podem até utilizar de reforçamento positivo, mas a longo prazo geram uma discrepância de reforçadores para as partes, resultando em uma situação aversiva geral para o explorado.

Sá (1985/2016) trata o contracontrole social como algo que deve acontecer em absoluto, mesmo existindo exceções e casos em que os controladores não são “tão ruins” ou praticam o controle de forma sensata. No cenário ideal, a prevenção e até mesmo a eliminação das estratégias de controle aversivas e exploratórias seria o objetivo do contracontrole. No lugar das estratégias de controle aversivo, uma sociedade deveria priorizar como forma de controle o reforçamento positivo, sem consequências aversivas a longo prazo ou a qualquer momento. Esse cenário é que proporcionaria o sentimento de “liberdade” e que tornaria o contracontrole pouco provável ou até mesmo desnecessário.

Para aumentar a probabilidade do contracontrole em contextos sociais, é importante que os indivíduos controlados consigam descrever/identificar as contingências aversivas as quais estão sendo expostos. No caso de contingências aversivas, é mais fácil de ocorrer contracontrole e dos indivíduos estarem cientes da necessidade do mesmo, já que as consequências negativas ocorrem a curto prazo. Porém, no caso da exploração, é necessário que, primeiro, os indivíduos saibam descrever a contingência vigente, ficando conscientes da relação entre o comportamento explorado, o reforçador imediato e a condição aversiva a longo prazo. Isso é mais fácil de ocorrer quando são organizadas associações e/ou quando alguém guia os indivíduos nesse processo.

A fuga é o tipo mais comum de contracontrole. Em contextos sociais, o controlado passa a não estar mais disponível fisicamente ou legalmente com relação ao explorador. No caso do governo, a fuga pode ocorrer por exílio ou até mesmo mudança de cidadania, por exemplo. Porém, a fuga não é muito eficaz, uma vez que se ocorrerem modificações, as novas medidas de controle serão benéficas apenas para os que ficarem, enquanto os que fugirem podem não voltar a fazer parte de uma sociedade melhorada. Já o contra ataque pode ser expresso em meios políticos como a revolta (quando se toma o poder e os instrumentos de poder através da força e

se colocam outros controladores no lugar), na revolução social (onde há uma reformulação dos padrões éticos e das normas), assim também como na disputa eleitoral (basicamente por meio do voto) (SÁ, 1985/2016).

A resistência passiva é uma forma de contracontrole que consiste em deixar de se comportar, deixar de prover os reforçadores importantes para o controlador de forma que este deixe de operar o controle ou mude a forma de o fazer. Por exemplo, a greve é uma forma de resistência passiva que pode gerar consequências aversivas aos controlados a curto prazo, pois podem ficar sem o reforço que acontece a partir da relação exploratória, além de poder aumentar o controle punitivo. Por outro lado, o reforço importante do controlador é retirado, como a mão de obra em uma greve, e isso pode deixar de gerar lucros significativos, além de incentivar outros grupos a fazer o mesmo, o que pode fazer o controlador ceder, negociar ou até mesmo punir ou envolver. O protesto como contracontrole é uma tentativa de modificar o que a comunidade verbal estabeleceu como certo e errado, assim como suas normas e leis; é a tentativa de fazer um acordo verbal pela ameaça de desobediência.

Se, para além de como utilizar os conhecimentos da Análise do Comportamento, nos perguntarmos para que esses conhecimentos serão utilizados, entraremos na questão de valores e do direcionamento do cientista, o que não pode ser discutido por um meio racional de investigação. Dessa forma, os valores do cientista (assim também como os valores de qualquer outro indivíduo) são determinados de acordo com a história de interações de uma determinada sociedade ou indivíduo. Se nos atermos a essa explicação contingencial dos valores, é possível ter milhões de posicionamentos de qual fim perseguir, em qual direção uma determinada sociedade deveria ser construída ou qual controle seria o melhor. Porém, diante de tantas possibilidades, a sobrevivência da espécie pode ser um guia em como agir e como o analista do comportamento pode operar na cultura. De acordo com Carrara (2016), o analista do comportamento que lida com o planejamento cultural deve ser guiado pelo interesse de melhorar as relações interpessoais interculturais de maneira ética, e a ética para o autor estaria relacionada com os valores que podem ser encontrados na literatura, nos deveres da profissão como os códigos profissionais, e na própria constituição do país, um ordenamento jurídico importante para a democracia. É claro que, a depender do autor, essa concepção pode mudar, mas é importante perceber que o planejamento cultural terá de seguir algum valor para se tornar eficaz e direcionado.

Carrara (2016) ainda acrescenta que o cientista deve ser guiado pela justiça social e pela igualdade, estando comprometido com as mudanças e pensando não apenas em problemas sociais pontuais de uma cultura, mas como o controle pode afetar as comunidades e culturas ao

redor da proposta em questão. Propõe também um controle mais face-a-face que o controle delegado a instituições e agências, sejam elas políticas ou econômicas. A possibilidade da definição de características mais objetivas dos valores ou possibilidades de mudança e posicionamento são assuntos para serem tratados em outro momento no presente trabalho.

As considerações feitas por Holland (1974/2016), juntamente com as discussões de Sá (1985/2016) e Carrara (2016), são maneiras de responder às críticas feitas à Análise do Comportamento na esfera social, uma vez que a noção de controle é vista frequentemente como forma de manipulação e restrição de liberdade que trabalha a favor da manutenção do status quo e das formas de dominação social. O argumento é que a tecnologia comportamental não somente ficaria neutra no processo, mas ajudaria a manter a sociedade como está. Ou seja, a elite poderia utilizar tecnologia comportamental em benefício próprio, levando algumas pessoas a afirmarem que "... o comportamentalismo radical seria uma filosofia marcadamente reacionária e antidemocrática" (SANTOS; GARBELOTTI; LOPES, 2016).

Santos, Garbelotti e Lopes (2016) sugerem que o analista do comportamento que tenha como objetivo promover práticas culturais e sociais mais justas e igualitárias deve abrir mão de trabalhos para a elite e de formas de controle que mantenham o sistema, além de explicar e explicitar para todos os envolvidos as formas de controle que estão sendo feitas atualmente. Além disso, também deve apresentar uma formulação de uma proposta de contracontrole ou o ensino do contracontrole para os controlados.

3.2 AUTOCONHECIMENTO, AUTOCONTROLE E IMPULSIVIDADE

Autoconhecimento, para a Análise do Comportamento, está ligado ao conceito de consciência a respeito de si, ou melhor, comportamentos conscientes, que por sua vez dizem respeito a um comportamento verbal descritivo. Dessa maneira, alguém que possui autoconhecimento sabe descrever seus comportamentos e as variáveis que o controlam. Tal descrição pode tornar o comportamento mais sensível ao controle ambiental, sendo que os eventos descritos podem ser tanto encobertos quanto públicos. Além disso, essa descrição é aprendida na comunidade verbal, que organiza a forma de descrever algumas contingências. No caso, o autoconhecimento é desenvolvido socialmente quando a comunidade reforça diferencialmente diversas respostas, até que o comportamento descritivo esteja contingente ao desejado.

A importância do autoconhecimento é a possibilidade do indivíduo modificar seus próprios comportamentos a partir da identificação das suas causas, buscando estabelecer novos repertórios e contornar dificuldades sozinho. Depois de se autoconhecer (identificar as variáveis de controle do próprio comportamento), o indivíduo pode começar a se autocontrolar (manipular tais variáveis de controle) e também a substituir formas de controle aversivo em sua vida por reforçamento positivo, já que o autoconhecimento também permite identificar como as agências de controle interferem na vida do sujeito (BRANDENBURG; WEBER, 2005).

O conceito de autocontrole na Análise do Comportamento se diferencia do conceito que encontramos no senso comum. Enquanto se tem a ideia arraigada em nossa cultura de que autocontrole é uma característica interna individual, de alguém que sabe quando tomar decisões, não é impulsivo, tem força de vontade e sabe resistir a tentações, o conceito na Análise do Comportamento remete às causas externas do comportamento. Um indivíduo que “possui” ou pratica o autocontrole é aquele que consegue descrever as variáveis ambientais das quais o seu comportamento é função e manipular essas variáveis, alterando a probabilidade de ocorrência de uma resposta denominada de "controlada". Ou seja, afirmamos que um indivíduo tem autocontrole quando ele aprende a observar e fazer uma análise funcional do que controla o seu próprio comportamento, colocando o controle de variáveis em prática.

Da mesma forma, portanto, que o analista do comportamento pode observar essas variáveis, um indivíduo que passa todo o tempo de sua vida consigo mesmo tem mais oportunidade de observar essas variáveis e fazer possíveis testes de validade nelas. Nós sabemos que para a ciência do comportamento, o ambiente controla nossas ações. Porém, o que muitos pensam é que se trata de uma contradição alguém possuir controle de seus atos, já que o ambiente já tem essa função. Nesse caso, é importante observar que isso não é uma contradição, já que o organismo também interfere no ambiente, modificando variáveis. Portanto, não se trata de um homem passivo, mas de um homem que age sobre o ambiente e, ao mesmo tempo, sofre as consequências de suas ações, não sendo necessário recorrer a qualquer conceito interno abstrato para explicar suas ações.

Uma outra definição de autocontrole na Análise do Comportamento diz respeito às situações de escolha. O comportamento de autocontrole está diretamente relacionado à escolha entre situações conflitantes, ou seja, escolher entre duas respostas diferentes, que variam em suas consequências. A escolha pelo autocontrole está relacionada com a opção de resposta que terá um reforçador de maior magnitude liberado a longo prazo, enquanto a impulsividade é relacionada à escolha pela resposta que produz um estímulo menos reforçador a curto prazo (CRUZ, 2006).

Nesse sentido, as respostas de autocontrole estão ligadas a duas respostas principais: a resposta controlada e a controladora. A primeira produz, a curto prazo, reforçadores positivos de menor magnitude, além de evitar o contato com reforçadores negativos. Porém, a longo prazo, tal resposta traz reforçadores negativos ou punições. Já a resposta controladora diz respeito a manipulação do ambiente pelo indivíduo, que modifica as contingências para tornar a resposta controlada menos provável, o que pode ocorrer de várias formas. É interessante perceber que, com frequência, a resposta controlada diz respeito a produção de reforçadores que foram determinados pela filogênese, como o acesso a comida, água, sexo, contato social, atenção, etc. Em paralelo, a resposta controladora, é aprendida durante a ontogênese e pela cultura, sendo amplamente reforçada e modelada pela comunidade verbal.

Skinner (1953/2003) versa sobre o autocontrole em seu livro *Ciência e Comportamento Humano*, inicialmente lembrando sobre um pilar da análise funcional: identificar variáveis que serão fonte de controle para diversas ações do organismo. Já sabemos que o controle é algo inevitável e praticado em grupo pelas agências como governo, religião, psicoterapia, educação e economia. Porém, devemos considerar o indivíduo como capaz de identificar as variáveis que controlam o seu próprio comportamento através do que chamamos de autocontrole.

Skinner (1953/2003), então, coloca diversas formas de controle, sendo uma delas a restrição e ajuda física. Como exemplos de restrição física, podemos citar quando tapamos nossa própria boca para evitar tossir e incomodar as pessoas, quando alguém é preso para evitar um comportamento criminoso e quando saímos de um cômodo para não agredir um colega. A ajuda física seria "uma técnica inversa, aumentamos a probabilidade de uma forma desejável de comportamento fornecendo ajuda física" (SKINNER, 1953/2003, p. 255).

Uma outra estratégia de autocontrole seria a chamada mudança de estímulos, que consiste em possibilitar ou impedir uma resposta através da apresentação ou remoção de estímulos mais complexos que criam ocasião para o comportamento ou o impedem. Podemos, por exemplo, remover um estímulo que impeça um estudante de ler um livro, afastando o celular do cômodo em que ele se encontra. Outra forma de mudar estímulos é apresentando os que tornam mais prováveis algum comportamento, como no mesmo cenário colocando o livro sempre perto de onde ele costuma passar, ou colocando lembretes nos lugares que ele costuma desviar a atenção.

A privação e a saciação também podem ser consideradas estratégias de autocontrole, podendo ser usadas para controlar comportamentos, como quando deixamos de comer o dia todo para ir a um rodízio. A manipulação de condições emocionais, uso de estimulação

aversiva, drogas e "fazer alguma outra coisa" também são formas de tornar o autocontrole possível. Segundo Skinner (1953/2003):

Parece, portanto, que a sociedade é responsável pela maior parte do comportamento de autocontrole. Se isto for correto, pouco controle final resta para o indivíduo. Homem pode gastar grande parte do tempo planejando sua própria vida - pode escolher as circunstâncias as quais deve evitar com cuidado, e pode manipular seu ambiente cotidiano em extensa escala. Essa é a atividade que parece exemplificar uma ordem elevada de autodeterminação. Mas também é comportamento, e o explicamos em termos de outras variáveis no ambiente e na história do indivíduo. São essas variáveis que fornecem o controle final (p. 240).

Na análise que Skinner (1953/2003) faz do autocontrole, podemos destacar aqui o ponto de vista social. De acordo com ele, o comportamento de autocontrole afeta o grupo tanto quanto aos próprios indivíduos, gerando muitas vezes um conflito entre consequências. Por exemplo, em questões ambientais, jogar uma embalagem na rua gera reforçadores negativos ao longo prazo para o grupo e reforçadores positivos para o indivíduo a curto prazo. A sociedade tenta, então, punir o comportamento de jogar lixo nas ruas, de forma que ele diminua de frequência. Nesse caso, o comportamento dito impulsivo é o que traz reforçadores positivos imediatamente, enquanto o de autocontrole seria esperar para jogar em uma lixeira mais próxima. O indivíduo então realiza esse "autogerenciamento" (exercendo o autocontrole, modificando variáveis) e quando em oposição de consequências com a sociedade (o que o indivíduo deseja vs. o que a sociedade diz ser correto), se transforma em um "autogerenciamento ético", na medida que o indivíduo escolhe como se comportar, de maneira certa ou errada.

O autocontrole, o contracontrole e o autoconhecimento são conceitos importantes que foram tratados para chegarmos, por fim, ao conceito de autonomia. A autonomia é tratada por muitos como liberdade e será desenvolvida com mais detalhes adiante. A liberdade, o planejamento da cultura e o ambiente social estão ligados às pautas sociais e culturais da Análise do Comportamento, que também tem seus ideais pautados nos mesmos princípios expostos, no determinismo ambiental e na evolução, como veremos a seguir .

1 LIBERDADE E AUTONOMIA

Para compreender melhor os conceitos de autonomia e liberdade, e pensar se o indivíduo é apenas um sujeito passivo e vítima das condições que o cercam na discussão sobre a determinação ambiental defendida pelo Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento, utilizaremos o livro de Skinner (1971/1973), O mito da liberdade, como principal referência, tendo em vista que o mesmo proporciona uma reflexão cultural tão importante que se faz atual nas discussões pretendidas. O autor começa expondo uma necessidade de alterar o comportamento humano investindo em uma ciência do comportamento que, como área de estudo, está sendo pouco explorada com relação às ciências físicas e biológicas. A explicação dada por Skinner para essa falta de progresso proporcional das ciências humanas é a atribuição de causas não científicas, internas e mentalistas aos fenômenos comportamentais. Isso porque, por exemplo, na física e na biologia, as explicações que atribuíram vontade e características personalistas aos acontecimentos foram perdendo espaço, com o progresso das descobertas e inovações.

Por outro lado, a psicologia, a sociologia, a economia e a política, dentre outros, utilizam conceitos pré-científicos em suas teorias, como a descrição das pessoas por meio de termos como caráter, personalidade, atitudes e habilidades, assim como “agentes internos de motivação”, “senso de objetivo” e outros que remetem a qualidades inatas. Nesse cenário, o homem é visto como um ser autônomo, que está no centro de sua vida, e não sendo determinado por sua história passada (seja filogenética ou ontogenética). A autonomia do indivíduo é considerada como um pressuposto e uma verdade indispensável que não é passível de discussão para diversos especialistas nas mais variadas áreas do conhecimento (ciência política, direito, religião, economia, antropologia, sociologia, psicoterapia, filosofia, ética, história, educação, pediatria, linguística, arquitetura, planejamento urbano e vida familiar) (SKINNER, 1971/1973).

O homem autônomo, na visão tradicional, é descrito como livre, responsável por suas ações, sendo que seu comportamento não é controlado por fatores externos, pois sua maior força motora está nos fatores internos, tendo vontade e motor próprios, fazendo o que deseja. Já quando o controle passa a ser do ambiente, não apenas a origem dos comportamentos é questionada, mas o valor e a dignidade também são, na medida que a autonomia do indivíduo o faz senhor do seu próprio destino e dono de suas ações e, portanto, digno de mérito quanto a elas. Dessa maneira, o indivíduo é digno de elogios e admiração quando age de certa forma e digno de punição ou represálias quando se comporta de forma contrária. Por isso esse assunto

se torna uma discussão sobre os valores (o indivíduo é bom quando age de forma positiva, e ruim quando age de outra forma).

Skinner (1971/1973) expõe a definição de liberdade para alguns autores: "...para Leibniz, a 'liberdade consiste em poder fazer o que se deseja' e, segundo Voltaire, 'quando posso fazer o que desejo, aí está minha liberdade'..." (p. 33). Visto que o querer ou o desejar não é um sentimento por si só, e muito menos o motivo que leva as pessoas a agirem para conseguir o desejado, essas explicações não são claras nem são descrições fiéis da realidade. Tendo em vista que o que a pessoa sente quando "quer comer" é o estômago vazio, e que isto a leva a se comportar de maneira a conseguir comida como no passado, e levando em consideração que o que a pessoa sente quando "quer se aquecer" é o frio, então o desejo em si depende das contingências de reforço e da modelação que a comunidade verbal fez das sentenças "estou com frio" e "estou com fome". Dessa forma, a visão de Skinner (1971/1973) é que "A liberdade é questão de contingências de reforço, e não de sentimentos que as contingências geram" (p. 34).

Além disso, quando tentamos compreender o comportamento humano, o conceito de liberdade é considerado por diversas teorias como sendo ausência de determinação. Ou seja, um comportamento livre é aquele que está ocorrendo sem estar sendo controlado/determinado por nenhum fator. Entretanto, podemos pensar em liberdade como um termo usado quando nos referimos a comportamentos que ocorrem sob controle de contingências reforçadoras positivas. Dessa maneira, o comportamento de um indivíduo que se comporta sob controle de contingências aversivas (reforçamento negativo e punição) não seria considerado um comportamento livre. Para Skinner (1971/1973), a "literatura da liberdade"¹ tem sido usada para atacar ou fugir do controle aversivo em que as pessoas se encontram, e em muitas vezes para as pessoas se livrarem de qualquer controle intencional. Assim, a concepção de controle do comportamento humano é discutida como sendo algo a ser eliminado, ao invés das leis do controle serem compreendidas. Nessa lógica, primeiramente se contrasta a condição de vida atual do sujeito com a condição ideal, aumentando o sentimento de insatisfação e adversidade, depois se identifica com quem lutar (líderes de diversas instituições como ditadores, capitalistas, professores aversivos e pais rigorosos), daí surge um cenário feito para a revolta ou fuga.

¹ Essa literatura diz respeito ao grupo de autores que acreditam que o ser humano é autônomo e livre de determinismos, de acordo com Skinner (1971/1973).

Por outro lado, os agentes que estavam controlando podem impedir a fuga ou até mesmo mudar seu comportamento visando continuar com o controle. Isso é importante, pois na literatura da liberdade, alguns autores tratam ser livre como a ausência de um controle aversivo, mas outras teorias definiram a liberdade como um sentimento ou um estado de espírito, que acontece quando se pode "fazer o que se quer". No processo de tomada de liberdade, os agentes controladores podem mudar a forma aversiva de se comportar, ou até mesmo com o passar do tempo pode ser mais lucrativo ou eficaz a longo prazo, deixar de aplicar técnicas adversas e começar a utilizar do reforço positivo. No fim das contas, os agentes de controle continuarão determinando o comportamento de seus controlados através da manipulação de contingências de reforço e punição que não são identificadas por estes últimos.

O problema vem quando as contingências estabelecidas pelos agentes de controle produzem reforço apenas a curto prazo, retardando as consequências negativas, o que pode manter uma relação em que o agente controlador sempre se beneficia às custas do controlado. É claro que esse processo gera contracontrole, mas pode também passar despercebido. Um exemplo dessa relação é quando o trabalhador ganha por tarefa, então aparentemente pode ser uma relação justa em que o chefe e o empregado conseguem calcular seus gastos e ganhos. Contudo, isso gera um trabalho cada vez mais rápido por parte do operário e, a partir dessa observação, o patrão pode aumentar a quantidade de trabalho por pagamento, gerando por fim muito trabalho e pouco salário. Após um tempo, essa prática acaba se mostrando totalmente aversiva para o trabalhador (SKINNER, 1971/1973).

O problema estabelecido, então, é o fato das consequências aversivas chegarem em um momento (já tarde) em que não é viável a fuga ou o ataque. A solução para esse dilema seria o autocontrole em que a pessoa passa a mexer nas variáveis que controlam o próprio comportamento. Na ausência de uma possibilidade mais forte de contracontrole, portanto, se recomendaria o autocontrole e resultado disso, é claro, seria também um outro contracontrole por parte dos afetados.

A literatura da liberdade chegou a deixar o homem consciente do controle aversivo e autores como Rousseau chegaram a defender fortemente um controle por reforço positivo. Muitos outros autores, por outro lado, colocaram uma oposição radical entre a liberdade e qualquer tipo de controle, generalizando: já que alguns tipos de controle são negativos, todo o resto também o é. A partir de então, a fuga e o ataque a todos os controles foi incentivada, e o controle virou o contrário da liberdade. Mas, para Skinner (1971/1973), o problema dos homens livres não é o controle, mas certos tipos dele, pois somos dependentes do ambiente e do mundo

ao nosso redor. O que deve ser modificado é a natureza de nossa dependência, não fugindo ou atacando o ambiente, mas replanejando o mesmo.

Um mérito da literatura da liberdade é chamar a atenção para a importância de se reduzir a quantidade de estímulos aversivos empregados no controle do comportamento. Mas ao tratar da liberdade como um sentimento ou um estado mental, tal literatura falhou em identificar e modificar situações de controle que não conseguem ser mudadas pela fuga e pela revolta, mas que precisam ser alteradas pelo fato de produzirem consequências aversivas para os indivíduos. Dessa forma, a prioridade é analisar como o controle está acontecendo e modificá-lo de maneira a produzir o máximo possível de consequências reforçadoras positivas e diminuir o máximo possível o contato com contingências aversivas.

De acordo com Skinner (1971/1973), “A dignidade e o valor de uma pessoa parecem ameaçados ao surgirem indícios de que seu comportamento pode ser atribuído a circunstâncias externas. ” (p. 39). Essa frase evidencia o fato de que não temos o costume de reforçar positivamente com elogios ou aprovação comportamentos que não podem ser controlados pelo indivíduo, como comportamentos respondentes, por exemplo. Como esses comportamentos são reflexos, a identificação de suas causas ocorre mais facilmente. A tese é que a aprovação social é inversamente proporcional à visibilidade das causas. Assim, uma pessoa que faz o que faz por ser mandada por alguém, mesmo sendo algo positivo, não é reforçado pela sociedade. Da mesma forma, quando a pessoa está sendo controlada por contingências aversivas, é comum que não seja recompensada pelo esforço ou produto de seu comportamento.

Existe, portanto, uma relação inversa de louvores (aprovação) e a clareza das causas. Quanto mais improvável o comportamento de alguém ser positivo, mais ele será louvado por isso, como em situações em que reforços pessoais entram em conflito com reforços coletivo, por exemplo quando o bem de um grupo de pessoas entra em conflito com um reforçador que o indivíduo possa adquirir, podemos pensar em um caso em que para alguém ganhar certa quantia, outras pessoas precisarão estar no prejuízo. Quando não se consegue ver as condições controladoras, a causa fica imputada ao indivíduo e a seu valor (dignidade, responsabilidade e bondade). As punições e recompensas pelas nossas ações são usadas com muitos critérios e exceções, visto que podem ser consideradas justas ou injustas, mas todas pautadas no merecimento ou dignidade de alguém (SKINNER, 1971/1973).

O homem só pode ter frutos e apreciar a recompensa se ocorreu esforço ou mérito de quem praticou o comportamento de uma determinada forma. Não é à toa que a palavra “apreciar” tem o sentido ligado a “dar um preço”. Esse mérito atribuído a características internas do indivíduo, como foi falado, é diminuído quando as causas ambientais são evidentes.

Quando estas não podem ser identificadas, podemos colocar as causas no homem autônomo e em suas características de bondade e dignidade. A essa forma de dar justificativa e mérito das ações Skinner (1971/1973) chama de literatura da dignidade, que entra em conflito com a literatura da liberdade anteriormente citada, quando essa última diminui a necessidade dos estímulos aversivos, e a primeira louva as pessoas, que apesar desses estímulos, acabam tendo um comportamento desejável.

1.1 LIBERDADE E CONTROLE AVERSIVO

Assim como discutido anteriormente, a literatura da liberdade muitas vezes define liberdade como a ausência de punição (uma das formas de controle aversivo). A forma mais óbvia, geralmente, de se pensar em punição é pensarmos na restrição física, com o objetivo de fazer a pessoa não se comportar de determinada maneira. Porém, a forma de controle através de punição mais frequentemente usada no caso do comportamento humano é a ameaça de punição. Dessa maneira, as diversas agências de controle estabelecem contingências de reforçamento negativo ou de punição (os dois são diferentes pois a primeira forma de controle tem como objetivo que o indivíduo se comporte de determinada forma, enquanto a segunda quer evitar que o indivíduo tenha algum comportamento). O interesse dos controladores, então, é que o comportamento inadequado cesse; porém, a qualquer momento em que as contingências punitivas não estiverem presentes, o comportamento pode voltar.

Algumas formas de se evitar o controle aversivo podem ser a fuga de lugares e ocasiões que podem dar origem a comportamentos alvos de punição, ou até mesmo a manipulação de variáveis do ambiente como um todo que leve à redução da probabilidade de ocorrência desses comportamentos, mudando as contingências em questão. Outra forma seria buscar se comportar de formas incompatíveis com o comportamento indesejado. Essas ações podem ser praticadas pela própria pessoa (nesse caso podemos chamar de autocontrole) ou por outras pessoas, que podem manipular contingências de forma que a probabilidade do comportamento indesejado ocorra seja próximo de zero (SKINNER, 1971/1973).

O interessante para uma tecnologia do comportamento seria planejar uma sociedade de maneira que as variáveis de controle do comportamento dos indivíduos pudessem ser observadas e identificadas, tornando possível a manipulação das contingências para se estabelecer comportamentos que produzissem reforços positivos, diminuindo, assim, o controle aversivo. Porém, diante da possibilidade de um planejamento social, os defensores da liberdade e da dignidade afirmam que isso limitaria o livre-arbítrio pessoal, já que em uma sociedade

onde fosse possível controlar minuciosamente o comportamento, o indivíduo teria uma "bondade forçada". Ou seja, as pessoas não seriam boas por escolha ou por mérito próprio, mas obrigadas a agirem de uma certa forma e automatizadas como robôs. Dessa forma, o sujeito em si não mereceria reconhecimento e louvor pelo seu bom comportamento, mas sim o ambiente e seu planejamento é que seriam dignos de aprovação e crédito. Como já dito anteriormente, isso vai contra os pressupostos da literatura da liberdade, que enxerga o homem como autônomo e sua vontade como causa do comportamento, havendo resistência em enxergar o papel determinante do ambiente.

Com o passar do tempo, tanto as formas de punir quanto de evitar a punição ficam mais sutis e menos evidentes, como quando os comportamentos inadequados ocorrem em sua maioria na ausência da agência ou do agente de controle, ou quando os meios de coerção produzem consequências apenas a longo prazo. Isso pode trazer a ilusão de uma diminuição da punição e até mesmo de outras formas de controle. Para Skinner (1971/1973), porém, a questão primordial a ser discutida se trata do tipo de controle, não da existência do mesmo, já que quando alguém faz algo adequado na presença da possibilidade de fazer algo inadequado, a pessoa pode estar sob o controle das regras morais, dos ensinamentos da religião, família ou leis do estado, por exemplo. Já quando não é possível praticar o comportamento inadequado, não existe mais a bondade ou a liberdade, mas sim o uso de técnicas de controle.

O controle punitivo de certa forma, então, é justificado pelo conceito de responsabilidade, em que se dá mérito pelas pessoas que agem de forma adequada, porém, se pune quem "escolhe agir mal". Dessa forma a punição seria justa e adequada através da análise dos meios e do contexto em que o comportamento ocorreu. Assim, podemos pensar em uma sociedade em que o comportamento é controlado em tal nível em que as pessoas são boas pois não tem outra opção de escolha ambiental. Nessa sociedade há uma ameaça também ao conceito de responsabilidade no senso comum, já que as pessoas não se responsabilizarão por fazer o que fazem, mas seriam impelidas pelo controle.

Diante de um comportamento inadequado, é comum que as pessoas tentem frequentemente mudar o interior dos indivíduos, os tornando mais responsáveis e bons. Porém, a saída está em mudar o ambiente, visto que está nele a verdadeira causa do comportamento. Assim sendo, a mudança no ambiente e tornar as pessoas cientes do que está controlando seus comportamentos não acaba com a responsabilidade, mas nos dá uma nova visão sobre ela. Sob outro enfoque, quando as causas do comportamento são atribuídas à filogênese e a uma predisposição a agir de determinada maneira, a responsabilidade do controlador parece diminuir. O mesmo parece acontecer quando contingências de controle aversivo são usadas:

apesar das pessoas se sentirem menos livres e respeitadas quando diante de ameaça de punição, os autores que fazem parte da literatura da liberdade e da dignidade preservam a necessidade da mesma, já que as pessoas podem aprender a evitar a punição e agir de outras formas, através do livre arbítrio e de uma força interna motora. Assim, sob contingências aversivas, a responsabilidade da emissão do comportamento parece recair sobre o indivíduo, e não sobre o agente controlador. Por outro lado, não são aceitas as técnicas que diminuem as chances do indivíduo se comportar de maneira que resulte em punição, com o argumento de que se formaria uma bondade automática, controlada. Por fim, a próxima citação de Skinner (1971/1973) resume bem a situação exposta:

Outras pessoas podem dar passos semelhantes para reduzir a probabilidade de uma pessoa ser punida, mas as literaturas da liberdade e da dignidade fazem objeção a isso, alegando só conduzirem à bondade automática. Sob contingências punitivas, a pessoa parece ser livre para proceder bem e merecer louvores quando age assim. As contingências não-punitivas geram o mesmo comportamento, mas aí não se pode dizer que uma pessoa seja livre, e as contingências merecem o crédito quando procede bem. Pouco ou nada resta para o homem autônomo fazer, recebendo louvores por isso. Ele não se engaja numa luta moral e, portanto, não tem a oportunidade de ser um herói moral ou de lhe serem atribuídas virtudes interiores (p.66).

Além das contingências aversivas, existem outras formas de controle do comportamento utilizadas pelos teóricos da liberdade e da dignidade. Dentre elas, está a permissividade, que consiste em deixar o indivíduo autônomo ir para o lado que quiser, negando o controle e, conseqüentemente, a responsabilidade do controlador sobre as conseqüências ou ações do controlado. O que acontece aqui é que os pais, professores, o psicoterapeuta e qualquer outro agente não podem exercer nenhum controle e todo o resultado que vier disso é de responsabilidade do filho, aluno e paciente, por exemplo. Dessa forma, ao se comportar de forma socialmente aceita, a pessoa é considerada como alguém bom ou com autocontrole; por outro lado, caso ela emita comportamentos não valorizados socialmente, o indivíduo é avaliado como alguém ruim e sem autocontrole. Nessa permissividade, não há necessidade de supervisão nem de aplicação de sanções e, conseqüentemente, não há contracontrole. Levando isso em consideração, logo se percebe que na verdade o que as práticas permissivas fazem é deixar o controle para outros aspectos do ambiente, seja social ou não, já que o comportamento de um indivíduo não ocorre separado de seu próprio ambiente (SKINNER, 1971/1973).

Além da permissão, temos a orientação, em que o controlador também se isenta de responsabilidade, porém exerce certo direcionamento das ações, seja através da sugestão e a criação de oportunidades, seja através do bloqueio ou eliminação de um certo caminho possível de ser trilhado. Na orientação, existe sim o controle; porém há uma ilusão de quem controla de

que não está influenciando, exatamente por ser um controle muito sutil. Porém, ocorre a formação de um curso de desenvolvimento, de aquisição de repertório do que foi orientado, e por isso, existe um controle.

A manipulação para a mudança de opinião é outro meio de controlar o comportamento que é "perdoado" por parte da literatura da liberdade e da dignidade. A manipulação para a mudança de opinião tem como alvo estados internos relacionados a "acreditar" ou dar um valor de verdade para alguns fatos. Nessa forma de controle, os envolvidos observam o controle como algo negativo quando esse está modificando o ambiente físico, e não os estados internos. Na mudança de opinião, o controlador também se torna isento de acusação e perdura uma aparente liberdade, apenas pelo fato dessas formas alternativas serem controles não perceptíveis tão claramente.

A persuasão é outra forma de controle considerada pelos teóricos da liberdade e da dignidade. A ideia é que, ao persuadir um indivíduo, estaríamos alterando os fenômenos chamados de "crenças, preferências, percepções, necessidades e propósitos" (características atribuídas ao homem autônomo), e não a probabilidade de se agir de determinada maneira. Para a Análise do Comportamento, uma crença pode ser traduzida como uma regra, isto é, como uma descrição das contingências que controlam um dado comportamento. Sendo assim, para que exista uma crença/regra, é necessário que o indivíduo seja exposto a contingências de reforço ou punição e, além disso, que ocorra a descrição de tais contingências. Considerando, então, essas diferentes concepções sobre crenças e regras, uma pessoa pode compreender a crença/regra de alguém a partir das experiências/contingências e os outros podem considerar que tais crenças/regras são resultadas de processos internos de um homem autônomo (SKINNER, 1971/1973).

Tendo em vista essas estratégias de controle, nesse cenário de ocultar causas e práticas, é difícil ocorrer um contracontrole, por não saber quem deve ser o alvo do contra-ataque ou da fuga. Através da punição ou de qualquer uma dessas formas alternativas de controle sutis (a permissividade, a orientação e a modificação de opinião, por exemplo), que vem disfarçadas para serem tratadas como a autonomia tão fortemente defendida, se dificulta a possibilidade de ação e de executar contracontrole, a chave para a verdadeira autonomia. Isso coloca a humanidade e o conhecimento em uma posição de escurecimento e os fatos ficam escondidos ou distorcidos em conceitos pouco estudados ou apenas idealizados, o que se torna prejudicial nas relações entre as pessoas e a cultura, além de diminuir a possibilidade de ação e verdadeira autonomia, que pode vir através do conhecimento sobre uma tecnologia comportamental (SKINNER, 1971/1973).

Como vimos, o comportamento do indivíduo pode ser compreendido em função da sua própria autonomia, ou como resultado de consequências ao longo de sua história filogenética, ontogenética e cultural. Ao propor a mudança de visão da primeira forma para a segunda, a justificativa é estabelecer uma tecnologia do comportamento. Esse objetivo traz alguns questionamentos como: quem deve exercer essa ciência/tecnologia? Com que fins e com que meios? O que é bom e ruim para guiar essas decisões? O progresso deve guiar então a vida humana? Se sim, o que é o progresso e como estabelecê-lo? Essas perguntas levam a julgamentos de valor e a classificação das coisas como boas ou ruins.

Fisicamente não há propriedades nos objetos, eventos e situações que os classifiquem como bons e ruins. Geralmente, eles são rotulados assim na medida em que ocorrem contingências sociais e verbais estabelecidas pela comunidade verbal, que ensina os indivíduos a nomearem e descreverem tais objetos e eventos, assim como também ocorre com os sentimentos que as pessoas têm ao entrar em contato com eles. Skinner (1971/1973), então, diz que as coisas boas podem ser "elementos positivos de reforço" enquanto as ruins são "elementos negativos de reforço". As coisas boas e ruins seriam, portanto, relacionadas às "contingências de sobrevivência" que ocorreram na evolução da espécie ou da cultura. Dessa forma, o mais importante para compreender por que um dado comportamento é observado é a situação em si e não o sentimento evocado por ela. Isso é importante porque o que as pessoas realmente fazem é tentar aumentar a quantidade de coisas agradáveis e fugir das desagradáveis, e não buscar o "prazer" por si só, ou evitar a "dor" por si mesma, como dizem que fazem.

Quando as variáveis de controle de um comportamento envolvem consequências sociais a longo prazo, os agentes de controle encontram mais dificuldade para estabelecer um padrão comportamental, uma vez que consequências atrasadas exercem pouco controle. Nesse contexto, regras enquanto descrições de contingências se tornam particularmente importantes, surgindo falas que empregam termos como "dever" e "deveria" visando colocar valor nos comportamentos. Um exemplo disso é dizer "você deveria ir pelo caminho da direita para chegar ao seu destino". Isso por si só não gera efeito valorativo, já que só constatou um fato (o caminho mais rápido é o da direita). Porém, ao dizer "você deve dizer a verdade" ou "você não deve roubar", se estabelece um julgamento de valor, que nada mais é que apontar uma direção de comportamento que pode ser punida ou reforçada.

Isso significa que, quando as pessoas aconselham a não roubar, estão na verdade dizendo que se roubarem, serão punidas, então é melhor não o fazer. O que a comunidade verbal faz é colocar valor em uma norma. Por exemplo, a norma "não roube" estabelece o julgamento de que "roubar é ruim e errado". Por esse raciocínio, as normas, leis e comandos são descrições

de contingências naturais e sociais. Em meio a essas normas, surge uma espécie de controle visando o "bem dos outros", estimulado pela igreja, governo, economia e educação, já que essas agências têm o poder de punir e reforçar. Dessa forma, as leis descrevem comportamentos a se evitar rotulando-os de legais e ilegais, a igreja os coloca como pecaminosos ou não, entre outros. O "bem dos outros" é um valor dado como positivo e incentivado pelas agências (SKINNER, 1971/1973).

Quando alguém tem algum conflito entre fé, patriotismo, um relacionamento amoroso, etc, tem na verdade um conflito entre diferentes contingências de reforço, e não um conflito moral puramente interno. Nesses momentos, as instituições costumam reforçar os comportamentos que visem o "bem dos outros" em detrimento de reforços pessoais. É nesse contexto que muitas pessoas abandonam a igreja, renegam um governo ou saem do controle econômico, podendo tentar convencer as outras pessoas de fazer o mesmo, já que "não há motivos para pagar os impostos" ou "não há por que se reprimir e buscar admiração, fazendo as coisas pelos outros". Esse conflito entre reforços pessoais e a escolha pelos reforços individuais é colocado socialmente como ausência de valores, falta de moral e vazio, como estados de espírito que atribuem qualidades ao homem autônomo. Porém, o que realmente acontece é a falta de reforçadores eficazes e a necessidade de se mudar as contingências, não de acusar a moralidade de alguém.

Sendo assim, ocorre, nesse ponto, um desequilíbrio entre consequências para o bem de todos e consequências pessoais, e ao escolher as últimas, geralmente as agências de controle aumentam o controle por consequências aversivas, ao invés de aumentar os reforçadores. É necessário, para Skinner (1971/1973), restabelecer o equilíbrio, estando o individualismo completo em um extremo e a libertação de controle em outro, ambos em direções erradas. No lado do individualismo estão os indivíduos escolhendo consequências pessoais positivas sempre em detrimento do "bem de todos". No lado da libertação de todas as formas de controle estão os autores que além de irem contra o controle aversivo, consideram todas as formas de controle possíveis como ruins ou prejudiciais à autonomia e à liberdade

Podemos seguir o caminho tomado pela física e pela biologia, voltando-nos diretamente para as relações entre o comportamento e o ambiente e desprezando supostos estados de espírito intermediários. O objetivo, então, deve ser estabelecer um contexto social onde todos os indivíduos tenham acesso ao máximo de reforçadores positivos possíveis. Para isso, precisamos de uma tecnologia com o objetivo de diminuir as consequências negativas do comportamento, sejam atrasadas ou imediatas, visando potencializar as realizações do ser humano e aumentar os ganhos quando se age pelo bem alheio, de forma que este se torne também um bem para o

indivíduo. Já as perguntas sobre como deve ser essa tecnologia e quais os seus objetivos e finalidades tem a ver com os reforços empregados, que podem ser individuais e coletivos.

Para discutir as implicações do conflito entre consequências individuais e coletivas, primeiro temos que fazer uma melhor explicação da cultura e das práticas culturais. Quando um indivíduo nasce, além de seus aspectos genéticos, ele começa a adquirir um repertório passado pelas outras pessoas. Esse repertório é um conjunto de comportamentos modelados por contingências que variam de acordo com o meio social. Cada meio é uma cultura e tem uma forma de viver, se relacionar, se vestir, se alimentar, divertir, etc. Esses padrões de comportamentos são chamados de costumes e produzem reforçadores para determinada cultura, que chamamos de valores (SKINNER, 1971/1973).

Nesse cenário, além de entrarem em contato com as contingências estabelecidas socialmente, as próprias pessoas que aprenderam passam isso adiante, produzindo uma espécie de autoperpetuação da cultura. Cada grupo, então, tem suas próprias classificações do que seria bom ou ruim, ou seja, cada grupo estabelece contingências a partir dos reforçadores construídos tanto pela herança genética quanto pelas contingências sociais. Esse conjunto de reforçadores/valores são transformados, por sua vez, mediante as mudanças físicas, climáticas, naturais, do mercado e da própria cultura. Quando isso acontece, os costumes e valores não se preservam e não são passados para frente, e a sobrevivência da cultura entra em jogo, podendo ser até um valor a ser defendido (SKINNER, 1971/1973).

Skinner (1971/1973) faz um paralelo das práticas culturais com a evolução, sugerindo uma espécie de evolução cultural, através da qual determinadas práticas que são adaptativas são transmitidas aos seus membros durante as gerações seguintes. De acordo com a adaptação ao meio, ocorre a seleção das práticas culturais por meio do mesmo processo de seleção por consequências que também é responsável pela seleção de características biológicas, ao longo da história da espécie (filogênese). Além disso, as práticas culturais que surgem e são novidade são comparáveis às mutações genéticas e, dependendo das consequências produzidas, tais práticas podem ser mantidas ou extintas. Dessa forma, o costume que surge pode fortalecer ou enfraquecer uma cultura, dependendo das consequências trazidas para o grupo.

Geralmente, pensamos em uma cultura apenas como um grupo de pessoas, mas é importante considerar que uma cultura não se restringe a um isolamento geográfico nem étnico, mas se define por práticas religiosas, governamentais, éticas, econômicas e educacionais, por exemplo. Tendo em vista essas diferenças e o paralelo com a evolução, algumas pessoas justificam a competição entre as culturas, inclusive citando a "Doutrina do Darwinismo social"

de forma a justificar guerra variadas, seja entre governos e sistemas, seja entre classes e etnias, já que sobrevivem os mais capazes e adaptados.

Mais importante do que a competição entre diferentes grupos é a sustentação e segurança de uma cultura. A sobrevivência da cultura, então, se torna um valor que pode influenciar no uso da tecnologia do comportamento (junto com os benefícios pessoais e para o "bem dos outros"). Porém, ao pensarmos na sobrevivência da cultura como reforçador, é difícil perceber como algum elemento de reforço pode vir de algo tão vago e a longo prazo, que provavelmente o indivíduo não teria um benefício disso imediatamente ou em sua vida, já que gera os efeitos mais prováveis acontecerão depois de sua morte (SKINNER, 1971/1973).

Dessa forma, a maneira que os indivíduos encaram a sobrevivência cultural depende de como a cultura reforçou os participantes dela a se esforçar para isso acontecer. Para promover a sobrevivência da cultura, portanto, podemos tratá-la como um valor a ser desenvolvido no planejamento cultural, e planejar a cultura é observar como o cenário atual pode melhorar através da análise e manipulação das contingências. Essa manipulação das contingências nada mais é que uma forma de modificar o comportamento alterando as variáveis das quais este é função. Nessa visão, a tecnologia do comportamento seria neutra do ponto de vista ético, podendo ser usada tanto para o "bem" quanto para o "mal". Tudo depende da posição do planejador e dos valores adotados (a proposta, no caso, seria a sobrevivência da cultura como um valor). Por um lado, se o planejador for individualista, provavelmente irá planejar uma sociedade com o mínimo de controle social e poderá levar mais em consideração medidas que o beneficiem nesse processo. Por outro lado, se estiver sempre pensando no "bem para os outros", ele vai abrir mão dos benefícios pessoais, e se for guiado pela sobrevivência cultural, irá se preocupar em garantir o funcionamento social como um todo.

Para pensarmos na sobrevivência da cultura como um valor a longo prazo, é preciso prever quais problemas poderiam acontecer no futuro. Para isso, já temos inúmeros apontamentos: aumento populacional, poluição, armas nucleares, esgotamento dos recursos naturais, entre outros. De acordo com Skinner (1971/1973):

Uma cultura precisa do apoio de seus membros e deve propiciar a busca e o alcance da felicidade, se visa evitar as desavenças ou a deserção. Uma cultura deve ser razoavelmente estável, mas deve também mudar, e provavelmente será mais forte se puder evitar o respeito excessivo pela tradição e o temor a novidades, de um lado, e as transformações excessivamente rápidas, de outro (p. 122-123).

Quanto a aprofundar as recomendações sobre planejamento cultural, é um tópico para ser desenvolvido em outro momento, o que foge ao escopo do presente trabalho. O importante

é entender a proposta de uma mudança gradativa na forma de olhar os problemas sociais, sem enxergá-los por um viés internalista e pouco científico. Torna-se imperativo buscar a aplicação da ciência do comportamento no planejamento cultural, estabelecendo contingências que favoreçam relações pautadas no reforço positivo e no incentivo à variabilidade comportamental, além de superar as críticas de que esse planejamento e controle provocaria um comportamento "engessado", pouco criativo e pouco variável. Passando por cima de algumas críticas que usam os estudos de laboratório para argumentar que são pouco complexos e não podem ser aplicados em cenários reais e com mais variáveis, temos que pensar na figura do planejador como alguém que, pelo viés próprio de sua profissão, tenta estar consciente de seu próprio comportamento o bastante para afastar alguns reforçadores individuais que possam atrapalhar o objetivo da sobrevivência cultural.

À vista disso, o planejamento cultural deve levar em consideração um agente já familiarizado com os conceitos da ciência do comportamento para proporcionar um ambiente que pode ser positivo para a sobrevivência da cultura, o “bem dos outros” e os reforçadores individuais, buscando sempre aumentar a probabilidade de reforço de curto e de longo prazo. Para concluir o exposto por Skinner (1971/1973), é importante perceber que o homem autônomo descrito pela literatura da liberdade e da dignidade é substituído pelo ambiente, no sentido que suas contribuições pautadas pela personalidade, força interna ou virtudes inerentes ao ser na verdade são constituídas por contingências de reforçamento e punição, estabelecidas ao longo da história da espécie, do indivíduo e da cultura.

Ao perceber que o ambiente é que controla e determina o comportamento, é comum que surjam questionamentos e sentimentos que coloquem o homem em uma posição de passividade, de simples controlado e, portanto, não sujeito a ser responsabilizado ou agir de maneira a mudar sua situação atual, não podendo controlar seu destino ou ser totalmente livre ou autônomo (SKINNER, 1971/1973). Apesar do evidente controle ambiental sobre o indivíduo, esse ambiente é estabelecido por ele. No fim, até a cultura é um produto humano, ou seja, as práticas culturais foram produzidas por indivíduos e para indivíduos, de forma que o homem se torna controlador e controlado, a depender sempre do ponto de vista. Ou seja, conscientes ou não, intencionalmente ou não, as pessoas podem agir no ambiente de forma a mudar as próximas ações a serem desempenhadas. Esse é o processo de evolução cultural, com ou sem planejamento, e como foi bem colocado pelo autor, “Uma cultura não tem existência fora do comportamento dos indivíduos que mantêm suas práticas” (SKINNER, 1971/1973, p. 166). Então, o comportamento de um indivíduo é modificado pelas suas próprias ações, o que pode acontecer através de uma resposta de autocontrole, de autoconhecimento e/ou de

contracontrole, como vimos anteriormente. Assim como apontado pelo próprio Skinner “A evolução de uma cultura é um gigantesco exercício de autocontrole.” (SKINNER, 1971/1973, p. 168).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura da liberdade tradicional coloca o homem e seus comportamentos em uma posição de indeterminação, desconsiderando que todo e qualquer comportamento é produto de um determinismo ambiental, como defendido pela Análise do Comportamento. O resultado disso é uma aversão ao controle como um todo, que acaba adquirindo uma conotação negativa. O erro é que negar o controle não o faz desaparecer das relações entre os indivíduos e da interação destes com o ambiente, mas simplesmente o torna pouco perceptível. Assim, as pessoas a ele submetidas ficam à mercê de contingências acidentais ou totalmente no escuro quanto a si mesmas, ou em melhores termos, desconhecem todos os fatos que as fazem comportar da maneira que se comportam.

A melhor forma de ver a liberdade, autonomia e possibilidade de escolha de um membro da cultura é perceber como as ações que ele pratica são os elementos que dão origem aos valores e práticas desempenhadas pelas agências de controle. Ou seja, as práticas culturais são um conjunto de comportamentos operantes que são reforçados pela comunidade e pelas agências, e isso tudo, no fim das contas, é realizado por indivíduos e reforçado por eles! Não há espaço para uma crítica que acuse os métodos de controle de diminuir a autonomia do indivíduo, a não ser que a crítica seja direcionada ao controle aversivo.

A busca e a luta pela autonomia podem ser traduzidas na luta contra as práticas de controle por coerção, seja a curto ou a longo prazo, pois são estas práticas que podem limitar a capacidade de ação do indivíduo. Um bom caminho para enfrentar as práticas coercitivas pode ser o do planejamento cultural e a substituição da coerção por reforçamento positivo. O problema que é visto pelos autores da literatura da liberdade e da dignidade - o controle - é visto como a solução proposta pela Análise do Comportamento para promover a autonomia. O controle a ser desenvolvido e colocado em prática pelo planejamento cultural não é qualquer um nem por quaisquer meios, mas direcionado a diminuir os possíveis controles aversivos e a colocar a sobrevivência da cultura como um valor a ser seguido e que não conflite com os interesses individuais o máximo possível.

Quanto a cada indivíduo que pode ser responsável por suas interações, a autonomia é uma ferramenta a ser conquistada, não dada naturalmente por fatores internos como força de vontade ou livre arbítrio. A autonomia é adquirida e exercida através do autoconhecimento das relações funcionais que cercam cada um de nós, além da prática deliberada de autocontrole e contracontrole.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUM, W. M. **Compreender o Behaviorismo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
- BRANDENBURG, O. J. WEBER, L. N. D. **Autoconhecimento e Liberdade no Behaviorismo radical**. Psico-USF, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 87-92, 2005.
- CARRARA, K. **Ecos da “revolução de Holland” na contemporaneidade: práticas culturais, ética e compromisso social**. Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva, [s.l.], v.18, n. esp., p. 84-94, 2016.
- CRUZ, R. N. **Uma introdução ao conceito de autocontrole proposto pela análise do comportamento**. Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva, São Paulo, v. 8, n.1, p. 85-94, jun. 2006.
- DE FARIAS, A. K. C. R. **COMPORTAMENTO SOCIAL: COOPERAÇÃO, COMPETIÇÃO E TRABALHO INDIVIDUAL**. In: ABREU-RODRIGUES, J; RIBEIRO, M. R. **Análise do comportamento: pesquisa, teoria e aplicação**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 265-281.
- HOLLAND, J. G. **Os princípios comportamentais servem para os revolucionários?** Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, [s.l.], v.18, n. esp., p. 104-117, 2016.
- MOREIRA, M. B; MEDEIROS, C. A. **Princípios Básicos de Análise do Comportamento**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.
- SÁ, C. P. **O behaviorismo radical de B. F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante**. 1985. Tese (Doutorado – Centro de pós-graduação em psicologia) Instituto superior de estudos e pesquisas psicossociais. Rio de janeiro, 1985.
- SANTOS, E. A. P; GARBELOTTI, C. S; LOPES, C. E. **O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira**. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, [s.l.], v.18, n. esp., p. 61-72, 2016.
- SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. [s.l.]. Livro Pleno, 2009.
- SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SKINNER, B. F. **O mito da Liberdade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bloch Editores S. A., 1973.
- TOURINHO, E. Z. **MUNDO INTERNO E AUTOCONTROLE**. Revista Brasileira de Análise do Comportamento, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 21-36, 2006.